

## Algumas Observações sobre a Metodologia da Economia

João Sousa Andrade  
Faculdade de Economia  
Universidade de Coimbra  
([www2.fe.uc.pt/~jasa](http://www2.fe.uc.pt/~jasa))

1997

L'emploi de «vrai ou faux» a ceci de fallacieux que tout se passe comme si on disait «cela s'accorde avec les faits ou non» alors que ce qui est en question précisément, c'est cet «accord». Ludwig Wittgenstein, *De la Certitude*.

O trabalho que aqui se apresenta nasceu da seguinte interrogação: não terá um professor de economia a obrigação de ter consciência dos princípios metodológicos que fundamentam os assuntos que lecciona ? Sobretudo se lecciona disciplinas mais abrangentes ou genéricas, com seja a disciplina de introdução à economia.

Não se trata de pretender ter acesso iluminado à metodologia correcta, e sublinho correcta, de investigação em economia. Trata-se apenas de uma forma de consciência do valor dos conhecimentos que se possuem e se transmitem. Mas trata-se também, e em geral, de conhecer os princípios que os economistas podem, ou devem, aplicar na sua investigação.

A forma como hoje aprendemos a economia, através de manuais, e não através de obras de autor, de "princípios de economia" de autor, como aconteceu no passado com *John Stuart Mill* e depois com *Alfred Marshall*, no mundo anglo-saxónico, é em parte responsável por um certo menosprezo no que respeita ao objecto e ao método em economia. Foram assim demasiados os conceitos que ganharam uma quase universalidade.

Algumas críticas que foram feitas ao domínio do princípio do individualismo metodológico, tal como o economista o toma, chamaram a atenção para a indivisibilidade dos fenómenos sociais e para a limitação ao suposto comportamento optimizante dos agentes económicos. Estas críticas podem ter consequências inesperadas para os seus autores. A primeira pode levar a negar a existência de um "objecto" para a economia, mas impondo às ciências sociais o "método" mais conhecido e praticado com sucesso nestas, ou seja, o "método" da economia. As duas escolas de sociologia

de Chicago o provam. A segunda, pode levar-nos a cair nos braços da aplicação das ideias da inteligência artificial, onde, no caso da economia, o formalismo e o aparato dos meios matemáticos aumentariam de forma muito considerável. As posições extremas em questões metodológicas são de evitar.

As nossas reflexões terão por base o ensino da disciplina de introdução à economia. Exporemos, o que pensamos sobre o relacionamento das aulas teóricas e práticas; faremos alguns comentários à definição de economia; sobre desentendimentos que envolvem os economistas; e apresentaremos algumas ideias sobre a metodologia em economia, onde para além de princípios metodológicos também falamos de conceitos de metodologia em dois livros portugueses de introdução à economia e na popular racionalização em que consiste o *story-telling*.

### **1. Aulas Teóricas e Práticas**

As aulas teóricas de Introdução à Economia, ou dos princípios de economia, devem ser complementadas com aulas práticas onde as questões suscitadas pelas aulas teóricas possam ser discutidas com os estudantes. Mas as aulas práticas não se devem limitar a essa tarefa complementar. Porque se tal for o caso, a tradição abstracto-dedutiva das diferentes escolas de pensamento económico acabará assim por ser apresentada em aulas teóricas e confirmada em aulas práticas. O que poderá criar um falso sentido de segurança, sobretudo quando se ensina apenas uma corrente dominante<sup>1</sup>. É desejável que os estudantes sejam envolvidos na descoberta dos princípios da disciplina, que tenham oportunidade de fazer análise económica<sup>2</sup>. Ou como diz *Paul Krugman*, o objectivo do ensino é responder com inteligência a discussões populares sobre assuntos económicos<sup>3</sup>. As aulas práticas da disciplina devem envolver um clima de criatividade que está ausente das aulas teóricas<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Robin Bartlett e Susan Feiner, "Balancing the Economics Curriculum: Content, Method and Pedagogy", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 82(2), May, 1992, pp. 559-64; p. 560.

<sup>2</sup> Ob. cit., p. 562.

<sup>3</sup> "What Do Undergraduates Need to Know About Trade ?", *The American Economic Review*,

<sup>4</sup> A lógica da descoberta científica, com a reflexão de conjecturas plausíveis, deve ser objecto

Insistimos no princípio que numa pequena economia aberta, como a portuguesa, e em meios muito próximos da sociedade rural é importante que os estudantes discutam as ideias, demasiado simples e mesmo primárias, relacionadas com as posições proteccionistas<sup>5</sup> e possam compreender o significado de "concorrência" na organização económica.

A chamada de atenção para exemplos próximos dos factos do mundo real, onde o estudante tenha a oportunidade de aplicar os conceitos que aprende, foi uma das conclusões da *Krueger Commission* nos Estados Unidos<sup>6</sup>. O curso de introdução à economia deve insistir na transmissão do que podemos chamar o espírito do economista, ou seja, levar o estudante a "pensar como um economista"<sup>7</sup>. Esta formação, que se baseia num raciocínio hipotético-dedutivo, deve levar a valorizar a arte da comunicação e da persuasão entre economistas e destes para o exterior<sup>8,9</sup>. Como é dito no referido relatório, os programas de economia devem evitar a formação de *idiots savants*<sup>10</sup>. A abordagem de exemplos reais pode ser um incentivo para que o estudante seja conduzido a tomar a iniciativa de aprendizagem e estudo. É pois necessário que os docentes introduzam assuntos relevantes de natureza económica que façam parte da informação económica divulgada, sobretudo no período escolar, durante a semana ou o mês.

---

de apresentação nas aulas práticas. Um capítulo que introduza as diferentes escolas do pensamento económico pode ser neste caso um óptimo ponto de partida. Norwood Hanson, "Is there a Logic of Discovery ?", em H. Feigl e G. Maxwell (eds.), *Current Issues in the Philosophy of Science*, New York, Reinehart and Winston, 1961, pp. 20-35.

<sup>5</sup> Michael Mussa, "Making the Practical Case for Freer Trade", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 83(2), May, 1993, pp. 372-6.

<sup>6</sup> No que não difere do caso inglês. Colin Lawson, "The Current State of Undergraduate Economics in the United Kingdom", *The Economic Journal*, 100, December, 1990, pp. 1280-5.

<sup>7</sup> "thinking like an economist", Arnold Harberger, "The Search for Relevance in Economics", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 83(2), May, 1993, pp. 1-16; p. 3.

<sup>8</sup> Ibid. p. 4.

<sup>9</sup> Como insistem Arjo Klamer e Donald McCloskey, "the professor facing the class must compromise with human speech", "Economics in the Human Conversation", em Arjo Klamer, Donald McCloskey e Robert Solow (eds.), *The Consequences of Economic Rhetoric*, Cambridge, C.U.P., 1988, pp. 3-20; p. 7.

<sup>10</sup> Anne Krueger et al., "Report of the Commission on Graduate Education in Economics", *Journal of Economic Literature*, 29(3), September, 1991, pp. 1035-53; p. 1045.

Se é útil começar a desenvolver as condições que incentivam a criatividade<sup>11</sup> não devemos esquecer que não dispomos de receitas ou regras que a isso conduzam. E ao nível de aprendizagem é preciso que as teorias não surjam como vagas, porque as teorias vagas são sempre perigosas, possibilitam a imaginação, mas à custa de erros que se acumulam<sup>12</sup>. Talvez por isso seja expressamente admitido no relatório da *Krueger Commission* que se deva congelar o potencial criativo durante os dois primeiros anos enquanto se faz a aprendizagem dos utensílios técnicos<sup>13</sup>. Esta ideia talvez não seja estranha ao facto de, sobretudo, a partir dos anos oitenta, a maioria dos manuais de introdução à economia serem introduções a estudos superiores<sup>14</sup> e assim ser remetido para mais tarde um maior domínio dos conhecimentos técnicos que são normalmente exigidos a um economista.

A comunicação e persuasão são apontadas como muito importantes para a aprendizagem da economia. *Arjo Klamer* vai mesmo ao ponto de insistir que o iniciado em economia deve prestar mais atenção à comunicação que ao problema do conhecimento<sup>15</sup>. Devemos, no entanto, precisar que a posição deste autor deriva do seu cepticismo sobre a possibilidade de o economista dispor de testes, não ambíguos e estandardizados, sobre os seus resultados, pelo que se torna fundamental a arte do bom argumento<sup>16</sup>.

Como forma de comunicar com os estudantes penso que devemos excluir a técnica do retro-projector e continuarmos a valorizar o velho quadro na apresentação

---

<sup>11</sup> Ibid. p. 1048.

<sup>12</sup> É Richard Feynman que nos alerta para isso. *O que é Uma Lei Física*, tradução de *The Character of a Physical Law*, 1965, Lisboa, Gradiva, 1989, pp. 203-4.

<sup>13</sup> Anne Kueger et al., op. cit., p. 1048.

<sup>14</sup> David Hoas, "A Historical Narrative of Methodological Change in Principles of Economics Textbooks", *Journal of Economic Issues*, 27(1), March, 1993, pp. 217-30; p. 222.

<sup>15</sup> "Economics as a Discourse", em Neil de Marchi (ed.), *The Popperian Legacy in Economics, papers presented at a symposium in Amsterdam, December 1985*, 1988, Cambridge, C.U.P., pp. 259-78.

<sup>16</sup> É que é uma das conclusões da sua obra, *Conversations with Economists*, Totowa, Rowman and Allanheld, 1994. É interessante notar que a minimização da argumentação em favor da utilização de técnicas lógico-dedutivas foi apresentada como sendo responsável pela redução de importância dos "liberal and art colleges" no ensino da economia, nos Estados Unidos. Hirschel Kasper et al., "The Education of Economists: From Undergraduate to Graduate Study", *Journal of Economic Literature*, 29(3), September, 1991, pp. 1088-109; p. 1105.

de esquemas e elaboração e discussão de gráficos tão abundantemente usados nos cursos introdutórios. A nossa experiência, no que respeita aos gráficos, confirma os resultados de *Cohn e Cohn*: é considerável a dificuldade de os estudantes desenharem gráficos correctos e existe uma forte relação entre boas classificações e gráficos satisfatórios<sup>17</sup>. Para além do esforço no ensino dos gráficos, deve também forte a insistência na apresentação concisa de conclusões e da sua justificação por parte dos docentes da disciplina.

A disciplina deverá ser apresentada de forma a valorizar o conhecimento positivo dos economistas. A formação básica do economista constitui a nossa principal atenção, porque entendemos que ela é indispensável ao bom prosseguimento do curso. Assim, acabamos por privilegiar os conceitos de equilíbrio e a análise estática. Mas isso é feito porque entendemos que os conhecimentos a leccionar no curso são necessários para a compreensão da estabilidade e da instabilidade, da dinâmica, do incerto e do estocástico, em suma, da complexidade dos fenómenos económicos<sup>18</sup>.

## **2. Comentários à Definição de Economia**

Em manuais de Introdução à Economia, a definição de economia baseada no conceito de escassez, surge, no caso dos Estados Unidos, pela primeira vez em 1943<sup>19</sup> e trata-se da consagração da definição assim concebida por *Lionel Robbins*<sup>20</sup>:

"Economics is the science which studies human behavior as a relationship between ends and scarce means which have alternative uses".

---

<sup>17</sup> Elchanan Cohn e Sharon Cohn, "Graphs and Learning in Principles of Economics", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 84(2), May, 1994, pp. 197-200.

<sup>18</sup> Por isso não concordo com a visão pessimista de Carlos Pimenta em "Ciência e Pedagogia. Racionalidade e Imaginação Hoje", *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, ISEG-UTL, 1995, pp. 91-114.

<sup>19</sup> David Hoas, "A Historical Narrative of Methodological Change in Principles of Economics Textbooks", ob. cit., p. 218.

<sup>20</sup> *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, (1932), 3<sup>rd</sup> ed., London, Macmillan, 1984, p.16.

Os seus maiores méritos são com certeza a sua elegância e a sua generalidade. Relativamente ao passado, a sua definição constitui uma clara delimitação do objecto de estudo<sup>21</sup>. A percebemo-nos dessa limitação no estudo dos autores clássicos e também quando estudamos *Alfred Marshall*<sup>22</sup>,

"Political Economy or Economics is a study of mankind in the ordinary business of life; it examines that part of individual and social action which is most closely connected with the attainment and with the use of the material requisites of wellbeing".

A componente social dos comportamentos é perfeitamente realçada pelo autor, e é o próprio *Marshall* que precisa a sua ideia ao dizer-nos que o objecto de estudo da economia é duplo, por um lado comporta o estudo da riqueza e por outro, o estudo do indivíduo. Se bem que atribua maior relevo a esta última componente<sup>23</sup>, a herança clássica do estudo da riqueza está aqui ainda bem presente.

Nos *Principles of Political Economy*<sup>24</sup>, que marcaram grande parte do Séc. XIX, a eficiência comparada de meios para obter riqueza, governa o comportamento do homem, e por isso:

"Political Economy, then may be defined as follows: and the definition seems to be complete: «The science which traces the laws of such of the phenomena of society as arise from the combined operations of mankind for the production of wealth...»"<sup>25</sup>.

A riqueza enquanto resultado da acção do homem está bem presente nesta definição do objecto da economia.

A definição de economia de *Robbins* não comporta só um aspecto de reducionismo quanto à finalidade da actividade económica. O facto de naquela definição apenas uma parte do comportamento do homem pertencer ao domínio de estudo da

---

<sup>21</sup> Como o sublinha o próprio *Robbins* quando justifica a sua definição.

<sup>22</sup> *Principles of Economics, An Introductory Volume*, (1890), 8<sup>th</sup> ed., 1920, London, Macmillan, p. 1.

<sup>23</sup> "Thus it is on the one side a study of wealth; and on the other, and more important side, a part of the study of man". Ibid..

<sup>24</sup> de John Stuart Mill.

<sup>25</sup> "On the definition and Method of Political Economy", texto retirado de *On the Definition of Political Economy and the Method of Investigation Proper to It*, 1836, em Daniel Hausman (ed.), *The Philosophy of Economics, an anthology*, 1994, 2<sup>nd</sup> ed., Cambridge, C.U.P., pp. 52-68; p. 54.

economia tem levado à crítica que tal separação é impossível e que o seu comportamento deve ser entendido de forma global. Parece-nos importante realçar que os economistas, em geral, não são insensíveis a essa separação de uma parte de um comportamento que é global. O problema para eles é diferente e já *Marshall* o havia afrontado. Respondendo a *Auguste Comte*, que defendia que os aspectos da vida social estão de tal maneira interligados que seria fútil o estudo de apenas um deles, *Marshall* justificou o trabalho do economista sem que para tal tivesse de negar a validade genérica daquela observação,

"the whole range of mans actions in society is too wide and too various to be analysed and explained by a single intellectual effort"<sup>26</sup>.

A definição de economia que iremos apresentar aos estudantes procura respeitar a consagrada definição de *Robbins*, mas são introduzidos dois novos elementos: o aspecto individual e social que são indissociáveis e que caracterizam as decisões<sup>27</sup>; e a referência à dimensão temporal das decisões. Não retemos a produção de riqueza, que de facto não faz hoje parte do objecto da economia da corrente dominante do pensamento económico, mas achamos importante realçar o aspecto de organização social e de actividade humana que se exerce no tempo, num tempo que deveria ser irreversível.

### **3. Alguns Desentendimentos com Sociólogos e entre Economistas**

Como o objecto da economia respeita apenas a certos aspectos do comportamento humano, a economia vai interceptar a sociologia. A possibilidade de conflito é pois frequente. E tal acontece não só quanto ao objecto, mas também quanto ao método. Mesmo quando é afirmado que o clima de "guerra fria" está a chegar ao fim<sup>28</sup>, devemos perguntar-nos, para quem ?

<sup>26</sup> *Principles ...*, ob. cit., p. 636 (Appendix C: The Scope and Method of Economics).

<sup>27</sup> Veja-se também Teixeira Ribeiro, "Objecto da Economia Política", *Boletim de Ciências Económicas*, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, 23, Separata, 1980.

<sup>28</sup> Richard Swedberg, "The New Battle of Methods", *Challenge*, Jan-Feb., 33, pp. 33-8, p. 36.



É natural que a sociologia se tenha afastado da economia pela posição que nesta ocupa o individualismo metodológico<sup>29</sup>. *Emile Durkheim* situa a sociologia nos antípodas do racionalismo individual. Os sociólogos sempre tomaram as motivações, as preferências e os comportamentos como determinados em contextos sociais. A própria racionalidade individual é um produto social. Pelo contrário, os economistas têm tendência para tomar aqueles elementos como abstrações independentes do tempo e do contexto social<sup>30</sup>. E não é certo que o esforço de passagem de hipóteses mais abstractas para hipóteses mais concretas, porque mais sociais, não seja uma forma que conduza a práticas puramente confirmacionistas.

Talvez um dos sinais da aproximação da sociologia e da economia, neste final do século, seja a obra de *James Coleman*<sup>31</sup>. O seu conceito de racionalidade não se distingue do utilizado pelos economistas<sup>32</sup>. Os economistas podem aí aprender o papel e a importância das normas sociais, assim como dos seus custos de oportunidade nas relações de troca. Mas o facto de *Coleman*<sup>33</sup> decalcar a sua teoria do comportamento dos sistemas a partir da análise económica, baseando-se na escolha racional individual, fazer a passagem do campo micro para o macro com a respectiva agregação de comportamentos, e representar a utilidade dos agentes através de uma função de produção *Cobb-Douglas*, não nos parece contribuir para uma ponte, nos dois sentidos, entre a sociologia e a economia.

---

"There are clear signs that the days of *cold war* are coming to an end".

<sup>29</sup> Para Mancur Olson é mesmo "futile to attempt to determine the division of labor between social science disciplines in terms of the objects they are supposed to consider". "Economics, Sociology, and the Best of all Possible Worlds", *Public Interest*, Summer 1968, pp. 96-118, reproduzido em Peter Abell (ed.), *Rational Choice Theory*, Aldershot, Elgar, 1991, pp. 51.73; p. 117.

<sup>30</sup> James Baron e Michael Hannan, "The Impact of Economics on Contemporary Sociology", *Journal of Economic Literature*, 32(3), September, 1994, pp. 1111-46, p. 1117.

<sup>31</sup> Refiro-me a *Foundations of Social Theory*, Cambridge Ma., Harvard University Press, 1990. Este autor e Gary Becker são os expoentes da sociologia económica na Universidade de Chicago.

<sup>32</sup> Veja-se a sua entrevista em Richard Swedberg, *Economics and Sociology, Redefining their boundaries: conversations with economists and sociologists*, New York, Princeton Univ. Press, 1990, pp. 47-60.

<sup>33</sup> Robert Frank, "Melding Sociology and Economics: James Colemans Foundations of Social Theory", *Journal of Economic Literature*, 30(1), March, 1992, pp. 147-70; p. 154 e pp. 165-6.

O afastamento entre economistas e sociólogos tem sobretudo as suas raízes em diferentes metodologias. Enquanto o economista, no ensino e na investigação, procura um discurso de natureza formal, baseado num raciocínio hipotético-dedutivo, sobre agentes que tomam decisões consideradas racionais, o sociólogo preocupa-se mais com a permanente reconciliação de valores sociais com comportamentos individuais<sup>34</sup>. E por maior importância que as correntes de Chicago possam ter em sociologia, não acreditamos que os sociólogos passem rapidamente à fase de paixão pelo *economic approach* ou então que os economistas abandonem a sua metodologia preferida. Ou de uma forma mais pragmática:

"Economics, sociology, psychology, and political science must therefore be whatever economists, sociologists, psychologists, or political scientists do, or rather what they do best. But that can be definitely determined before each discipline has tried to solve whatever problem is at issue"<sup>35</sup>.

Mas os economistas não têm apenas "desentendimentos" com os sociólogos, não é raro encontrar referências a disputas entre economistas como sendo o reflexo do seu fraco entendimento interno. Estamos longe da ideia de *Robert Torrens* que em 1821 acreditava que as controvérsias entre economistas acabariam e que num período de vinte anos ninguém teria dúvidas sobre os princípios fundamentais da economia<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> "the principal epistemological problem of economics lies in the delineation of the formal, deductive, logico-normative teaching of rational decision-making concerning the production and distribution of scarce commodities, goods and services, from the empirical study of the same subject. Sociology, on the other hand, is especially concerned with the reconciliation of the dual aspect of its study-subject: the dimension of values, norms and cultural meanings and the external dimension of experimental subjects". Ivan Gadoureke, "Convergence and Diversification in the Methodologies of Economics and Sociology", em Tjerk Huppel, *Economics and Sociology: Towards an Integration*, Dordrecht, Kluwer Academic Press, 1982, p. 125. Ver também de Mauro Baranzini e Roberto Scazzieri, "Knowledge in Economics: A Framework", em Mauro Baranzini e Roberto Scazzieri, *Foundations of Economics*, Oxford, Basil Blackwell, 1986, pp. 1-87, p. 47.

<sup>35</sup> Mancur Olson, ob. cit., p. 117.

<sup>36</sup> "With respect to Political Economy, the period of controversy is passing away, and that of unanimity is rapidly approaching. Twenty years hence there will scarcely exist a doubt respecting any of its fundamental principles". Citado em Phyllis Deane, *The State and the Economic System, an introduction to the history of political economy*, Oxford, Oxford Univ. Press, 1989, p. 96. Mais tarde, Pantaleoni avançará ao ponto de atribuir os desentendimentos ao facto de

Os economistas estão longe da unanimidade, são várias as "escolas" de pensamento económico que coexistem e se renovam<sup>37</sup>. Mas será que o não unanimismo é grave? Um dos grandes clássicos, *Stanley Jevons* alertava para o facto da autoridade ser inimiga da verdade, na ciência e na filosofia, e da inexistência de polémica poder prenunciar a vitória do erro, sendo a ousadia, e mesmo a anarquia, benéficos à ciência<sup>38</sup>. Também como o comenta *Robert Clower*, com o seu habitual humor corrosivo, acerca da tendência para um certo unanimismo, que isso significa que os economistas se tomam mais a sério, o que para este autor constitui um verdadeiro perigo<sup>39</sup>.

Um dos problemas com o entendimento, ou desentendimento, entre economistas deriva do facto das grandes controvérsias em economia terem também envolvido questões de metodologia<sup>40</sup> o que complica bastante uma avaliação final dos argumentos envolvidos e a percepção do entendimento ou desentendimento entre economistas.

Como já dissemos, por diferentes razões a economia faz transpirar a ideia que os economistas não se entendem, ou pelo menos essa ideia foi bastante popularizada. E no entanto, já em 1979, *J. Keral, L. Clayne, G. Whiting e L. Wimmer*<sup>41</sup> concluíam que a ideia do escasso entendimento entre economistas norte-americanos estava errada. No início desta década, coube a vez a *R. Alston, J. Kearl e M. Vaughan*<sup>42</sup> provarem que a constatação de *Keral et al.* continuava válida. Verificando-se ainda que o consenso continuava a ser superior no campo da microeconomia que no campo da macroeconomia

---

uns saberem economia e outros não. Maffeo Pantaleoni, "Del Carattere delle Divergenze d'Opinione Esistenti tra Economisti", *Giornale degli Economisti*, 15, 1897, pp. 501-30; p. 502.

<sup>37</sup> Veja-se Brian Snowdon, Howard Vane e Peter Wynarczyk, *A Modern Guide to Macroeconomics*, Aldershot, Elgar, 1994, pp. 408-19.

<sup>38</sup> Ibid. p. 96. Citado de *Theory of Political Economy*, 1871.

<sup>39</sup> "There can be no doubt, however, that economists are beginning to take *themselves* more seriously, and to my mind *this* is dangerous". "The Ideas of Economists", em Arjo Klamer, Donald McCloskey and Robert Solow, *The Consequences of Economic Rhetoric*, ob. cit., pp. 85-99; p. 97.

<sup>40</sup> Mark Blaug, *A Metodologia da Economia, ou como os economistas explicam*, tradução de *The Methodology of Economics*, 2<sup>nd</sup> ed., 1992, Lisboa, Gradiva, 1994, p. 31.

<sup>41</sup> J. R. Kearl et al., "A Confusion of Economists?", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 69(2), May, 1979, pp. 28-37.

<sup>42</sup> "Is There a Consensus Among Economists in the 1990s", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 82(2), May, 1992, pp. 203-9.

e maior no campo da economia positiva que no campo normativo<sup>43</sup>. Parece-nos perfeitamente natural que existam fortes desentendimentos ao nível normativo, uma vez que as diferenças de valores éticos dos economistas<sup>44</sup> deve ser considerável.

Quanto a divergências entre economistas, para além do que se passa nos Estados Unidos, dispomos de informação sobre o Reino Unido<sup>45</sup>. Embora as proposições que produzem mais desacordo sejam diferentes das dos Estados Unidos, a conclusão é relativizada quando não contamos com as respostas extremas, sendo os cenários dos consensos muito próximos. Algumas das divergências entre os economistas também acabam por ser motivadas pelas diferenças de mercados dos economistas nos Estados Unidos e na Europa e pelas exigências que lhes são feitas<sup>46</sup>. É por exemplo notório o papel que os economistas europeus acabam por dar às intervenções dos governos, contrariamente ao que acontece com os seus colegas norte-americanos.

Em suma, as divergências entre economistas, felizmente existem, mas não devemos exagerar a falta de entendimento entre estes.

#### **4. Metodologia da Economia**

Vamos passar a focar um conjunto de questões metodológicas que nos parecem importantes do ponto de vista da formação e do desenvolvimento da economia. Começamos por expor algumas ideias sobre o papel do individualismo metodológico; o homem da economia; a utilização do método científico em economia; o uso do for-

---

<sup>43</sup> Estes autores também provaram a não independência das opiniões dos economistas relativamente aos anos de formação e que essa não independência é mais fraca no caso das dez mais importantes Universidades norte-americanas.

<sup>44</sup> Paul Samuelson, "What Economists Know", em D. Lerner (ed.), *The Human Meaning of Social Sciences*, New York, Meridian, 1959.

<sup>45</sup> Martin Ricketts e Edward Shoemith, "British Economic Opinion: Positive Science or Normative Judgment?", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 82(2), May, 1992, pp. 210-15.

<sup>46</sup> Richard Portes, "Economics in Europe", *European Economic Review*, 31, August, 1987, pp. 1329-40; e Bruno Frey e Reiner Eichenberger, "Economics and Economists: A European Perspective", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 82(2), May, 1992, pp. 216-20.

malismo; o problema do realismo das hipóteses; o falsificacionismo em economia; os "paradigmas" e os programas de investigação científica; a presença de um pluralismo metodológico e o pluralismo de *Bruce Caldwell*; o discurso positivo e o discurso normativo; e o estatuto das leis em economia. Finalizamos com uma chamada de atenção para a exposição de conceitos de metodologia em livros de introdução e para o papel do *story-telling*.

#### **4.1. Princípios Metodológicos**

**4.1.1. Individualismo Metodológico.** A expressão "individualismo metodológico" parece ter sido inventada por *Joseph Schumpeter*<sup>47</sup>, e se a escola austríaca sempre colocou a ênfase nesta metodologia, tomando o indivíduo racional ao nível do que *Whitehead* e *Russel* designavam por "atomic propositions"<sup>48</sup>, parece ter sido *Milton Friedman* com o seu importante trabalho sobre metodologia<sup>49</sup>, que levou à imposição dessa ideia numa forma que se torna testável. Tratava-se no início dos anos cinquenta de tomar explicitamente essa hipótese de comportamento. Ela deveria ser tomada não apenas nos estudos de natureza teórica, mas também no trabalho de aplicação, ou empírico<sup>50</sup>. Para *Friedman*, o economista deveria integrá-la no seu raciocínio no sentido de "*as if*"<sup>51</sup> e sujeitá-la à prova da confirmação. Naturalmente que esta posição "instrumentalista" de *Friedman* arrasta, por exemplo, um problema. Se a correcção de tomar como hipótese o comportamento de selecção das unidades de produção for derivada dos resultados que obtivermos, então estamos perante o que um autor designou

---

<sup>47</sup> Mark Blaug, *A Metodologia ...*, op. cit., p. 91.

<sup>48</sup> Alfred Whitehead and Bertrand Rusell, *Principia Mathematica*, 2<sup>nd</sup> ed., (1927), London, Paperback Edition to \*56, C.U.P., 1962, p. XV.

<sup>49</sup> "The Methodology of Positive Economics", pp. 3-43, em *Essays in Positive Economics*, Chicago, The Univ. of Chicago Press, 1953, pp. 3-43.

<sup>50</sup> Thomas Mayer, "Friedman's Methodology of Positive Economics: a soft reading", *Economic Inquiry*, 31(2), April 1993, pp. 213-23.

<sup>51</sup> São múltiplas as vezes que é feita referência ao *as if*, com itálico no original, naquele seu trabalho.

de argumento evolucionista da racionalidade<sup>52</sup> e talvez mesmo a admitir um argumento indutivista<sup>53</sup>.

*Karl Popper* é em geral conhecido pelo seu princípio de demarcação baseado no falsificacionismo. Mas *Popper* também reflectiu sobre as ciências sociais apresentando o que designou por lógica situacional<sup>54</sup>. As suas posições neste campo são tipicamente neo-austriacas. É feita a defesa que a metodologia individualista deverá aplicar-se a todas as ciências sociais, uma vez que todos os agentes actuam de forma apropriada às situações que se lhes deparam. Embora não faça a defesa da praxeologia de *Carl Menger*, *Popper* acaba por defender o princípio da racionalidade como um princípio mínimo que, estranhamente, fica protegido do falsificacionismo. O que, convenhamos, é um legado muito agradável para o economista.

O princípio do individualismo metodológico é por vezes apresentado como negando a validade de categorias sociais em economia. Trata-se de uma visão extrema e não partilhada pela maioria. Aliás, a questão da presença, ou influência, de julgamentos de valor no próprio "núcleo duro" das ciências sociais, data de há muito, desde que *Max Weber* procurou definir a "neutralidade ética na ciência social"<sup>55</sup>. Sendo a questão das preferências individuais uma questão primeira no comportamento dos indivíduos, logicamente que estamos desde o início a fazer julgamentos de valor e o desenvolvimento do nosso quadro de análise envolverá sempre conceitos e princípios de natureza social<sup>56</sup>. E se mais não fosse, porque as regras do jogo em que actuam

---

<sup>52</sup> Geoffrey Hodgson, "Calculations, Habits and Action", em Bill Gerrard (ed.), *The Economics of Rationality*, London, Routledge, 1993, pp. 36-51; pp. 40-1.

<sup>53</sup> Para o qual chama a atenção Bruce Caldwell, acerca da defesa por parte de Popper da *situational logic*. "Clarifying Popper", *Journal of Economic Literature*, 29(1), March, 1991, pp. 1-33; p. 20.

<sup>54</sup> Os seus principais textos são *The Poverty of Historicism*, 1957, *The Open Society and Its Enemies*, 1963 e *Prediction and Prophecy in the Social Sciences*, 1965.

<sup>55</sup> Mark Blaug, *Economic Theory in Retrospect*, 3<sup>rd</sup> ed., Cambridge, 1978, C.U.P., Cap. 16, "A Methodological Postscript", p. 708.

<sup>56</sup> Como escreve Kenneth Arrow "every economic model one can think of includes irreducibly social principles and concepts", p. 2, "Methodological Individualism and Social Knowledge", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 84(2), May, 1994, pp. 1-9.

os indivíduos são sociais<sup>57</sup>, podendo o economista estender sempre o seu primado do princípio do individualismo metodológico às mais diversas situações de trocas sociais<sup>58</sup>. Não deixa de ser interessante verificar que também o princípio do individualismo metodológico pode ser reivindicado como uma metodologia a ser seguida por certos autores marxistas<sup>59</sup>.

**4.1.2. O Homem da Ciência Económica.** Ao contrário do vulgarmente considerado, o *homo oeconomicus* de *Adam Smith* não se comporta respeitando apenas o seu interesse pessoal, ele comporta-se também de acordo com o prazer que sente com a felicidade dos outros<sup>60</sup>. Mesmo *Adam Smith* o reconhecia explicitamente,

"How selfish soever man may be supposed, there are evidently some principles in his nature which interest him in the fortune of others, and render their happiness necessary to him, though he derives nothing from it except the pleasure of seeing it"<sup>61</sup>.

O que não significa que a procura dos seus próprios interesses seja mitigada, e que afinal se preocupem mais com eles próprios do que com os outros<sup>62</sup>.

*Alfred Marshall*, defendendo que a economia não devia tomar partido em controvérsias sobre ética, diz-nos que prefere a expressão "satisfação" individual, em vez de "prazer", como fundamento do incentivo para a acção dos indivíduos<sup>63</sup>. E dentro

---

<sup>57</sup> Ibid. p. 5.

<sup>58</sup> No sentido de utilização do "capital social" de James Coleman (*Foundations of Social Theory*).

<sup>59</sup> Jon Elster, "Marxism, Functionalism, and Game Theory", *Theory and Society*, 11, 1982, pp. 453-82, reproduzido em Peter Abell (ed.), *Rational Choice Theory*, ob. cit., pp. 155-84, e John Roemer, "Methodological Individualism and Deductive Marxism", *Theory and Society*, 11, 1982, pp. 513-20, reproduzido em Peter Abell (ed.), ob. cit., pp. 199-200.

<sup>60</sup> Milton Myers, *The Soul of Modern Economic Man, Ideas of Self-Interest, Thomas Hobbes to Adam Smith*, University of Chicago Press, Chicago, 1983, cap. IV, secções 8 e 9.

<sup>61</sup> Adam Smith, *The Theory of Moral Sentiments*, 6<sup>th</sup> ed. 1790, Vol. I, pp. 1-2, citado em Adam Smith, Andrew Skinner (ed.), *The Wealth of Nations*, (1776), Harmondsworth, Penguin, 1974, p. 17.

<sup>62</sup> "Every man ... is much more deeply interested in whatever immediately concerns himself, than in what concerns every other man". Ibid. p. 205 e p. 21.

<sup>63</sup> Alfred Marshall, *Principles ...*, ob. cit., p. 14, nota 1.

dessa "satisfação" ele fala-nos mesmo na promoção do progresso da raça humana<sup>64</sup>. O princípio hedonista, em economia, tem afinal um conteúdo muito social ... .

Devemos salientar que uma interpretação estreitamente hedonística não é indispensável em economia. *Lionel Robbins*<sup>65</sup> há muito que definiu o homem económico racional como o homem que é coerente nas suas escolhas em termos de preferência. E se tivermos em conta a evolução da teoria do valor conduzida por *Pareto*<sup>66</sup>, da "ofelividade" às curvas de indiferença, aquela primeira interpretação mais desnecessária se torna porque desde 1906<sup>67</sup> que o conceito de utilidade ordinal tornava desnecessário o princípio hedonista em economia. *Robbins* chega a ser irónico a respeito deste conceito,

"the assumption of perfect rationality in the sense of complete consistency is simply one of a number of assumptions of a psychological nature which are introduced into economic analysis at various stages of approximation to reality. (...) If this were commonly known, if it were generally realized that Economic Man is only an expository device -(...)- it is improbable he would be such a universal bogey"<sup>68</sup>.

*Fritz Machlup*, propõe mesmo que lhe passemos a chamar *homunculus oeconomicus*, para que tenhamos em atenção que se trata de uma criação do nosso cérebro<sup>69</sup>. E este autor insiste em que o *homo oeconomicus* é apenas uma figura metafórica para uma das premissas do nosso discurso hipotético-dedutivo<sup>70</sup>.

É interessante notar que um autor como *Harvey Leibenstein*, que contrapõe ao agente racional normal o agente de racionalidade selectiva, esclarece que aquele é

---

<sup>64</sup> Ibid., p. 15, continuação da nota da p. 14.

<sup>65</sup> *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, ob. cit..

<sup>66</sup> Veja-se de Charles Rowers, *Vilfredo Pareto*, Newbury Park, Sage Pub., 1987, pp. 36-40 e de George Shackle, *The Years of High Theory, Invention & Tradition in Economic Thought 1926-1939*, Cambridge, C.U.P., 1967, pp. 71-83.

<sup>67</sup> Data da publicação da primeira edição do *Manuale di Economia Politica*.

<sup>68</sup> Pp. 93-4 e 96. Para uma viagem do *homo oeconomicus* de palhaço a abstracção feita carne, veja-se, Alain Mingat, Pierre Salmon e Alain Wolfelsperger, *Méthodologie Économique*, Paris, P.U.F., 1985, pp. 412.

<sup>69</sup> "The Universal Bogey: Economic Man", em *Methodology of Economics and Other Social Sciences*, New York, Academic Press, 1978, p. 298.

<sup>70</sup> "*Homo oeconomicus* is the metaphoric or figurative expression for a proposition used as a premise in the hypothetico-deductive system of economic theory". Ibid., p. 297.



uma abstracção, o que não implica que todos os homens se comportem exactamente como ele<sup>71</sup>. Procura este autor criar espaço no objecto de estudo que lhe permita responder aos problemas que levantou quanto à eficiência na economia capitalista actual.

Mas apesar destas posições, encontramos também a posição mais radical que data de *Mises*, e da sua defesa da economia como ciência praxeológica<sup>72</sup>, e que caracteriza sobretudo a escola austríaca, para quem a racionalidade é um dos postulados básicos e estes são verdades inquestionáveis sobre o comportamento, ou acção humana<sup>73</sup>. De acordo com esta posição, as experiências, e o nosso conhecimento empírico, não devem ser utilizados para corroborar a correcção dos postulados básicos. Assim, os casos já encontrados de não verificação da característica de transitividade das experiências de nada contam para o postulado da racionalidade. A ciência económica será assim um sistema de puras deduções que não estão sujeitas a verificação ou refutação baseada na experiência<sup>74</sup>.

Embora a racionalidade não tenha sido necessária para que *Keynes* construísse a sua representação da realidade, a verdade é que a construção posterior da fundamentação microeconómica da análise macroeconómica se baseia justamente no postulado da racionalidade. Defendemos que num programa para um projecto de investigação, a racionalidade deve ser respeitada até ao ponto em que a sua consideração se torne pernicioso em fase dos resultados a que somos conduzidos. Trata-se de uma visão instrumentalista, mas a este respeito devemos optar ou pela racionalidade que sabemos o que é, ou por formas de acção não inteiramente racionais que, em geral, não sabemos o que são<sup>75</sup>, a não ser em estudos particulares. Mas nestes, a não-racionalida-

---

<sup>71</sup> "The economic-man assumption is an abstraction, and should not be interpreted as a claim that people behave entirely and completely as economic men". *Beyond Economic Man, a New Foundations for Microeconomics*, Cambridge Ma., Harvard University Press, 1980, p. 268.

<sup>72</sup> Veja-se de Murray Rothbard, "Praxeology: The Methodology of Austrian Economics", em Edwin Colan (ed.), *The Foundations of Modern Austrian Economics*, Kansas City, Sheed & Ward, Inc., 1976, pp. 19-39.

<sup>73</sup> Israel Kirzner, "On the Method of Austrian Economics", em Edwin Colan (ed.), ob. cit., pp. 40-51.

<sup>74</sup> Fritz Machlup, *Methodology of Economics and Other Social Sciences*, ob. cit., p. 141.

<sup>75</sup> Como disse Popper "the attempt to replace the rationality principle by another one seems

de é utilizada porque permite explicar o que de outra forma não era possível, ou seja, a não-racionalidade está aí presente por um critério também instrumentalista. Estas "departures from rationality" caracterizam, em geral, a opinião e a prática dos economistas<sup>76 77</sup>.

O comportamento otimizador dos agentes económicos deve ser tomado como um comportamento maximizante<sup>78</sup>. Na optimização, como a entendemos nos processos físicos, não estamos perante a situação em que um agente assume esse comportamento e o executa<sup>79</sup>. Estamos agora perante um indivíduo que deverá fazer escolhas, pelo que o acto de escolha, em si, passou a ser importante, o que não acontece nos processos físicos. O comportamento que tomamos para esse indivíduo é maximizante, no sentido em que ele irá fazer escolhas de alternativas que não são julgadas piores que quaisquer outras.

A questão da racionalidade individual está ligada em economia à consistência das decisões dos diferentes agentes. Estes são tomados como tendo os mesmos princípios de comportamento para um mundo que todos vêem da mesma maneira. Desta forma, os economistas habituaram-se a impor restrições aos agentes, nos seus comportamentos, que são mutuamente consistentes. Assim se obtêm soluções, para os problemas levantados, que são elegantes. A simples alteração do ambiente de decisão dos

---

to lead to complete arbitrariness in our model building." "The Rationality Principle" em *Popper Selections*, David Miller (ed.), New York, Princeton Univ. Press, 1985, pp. 357-365, p. 362.

<sup>76</sup> Richard Swedberg, "Concluding Discussion", *Economics and Sociology. Redefining their boundaries: conversations with economists and sociologists*, New York, Princeton Univ. Press., 1990, p. 337.

<sup>77</sup> Tomemos o caso de dois economistas da área monetária. David Laidler, fala em "confession of academic incorrectness" por não atribuir a importância que outros atribuem ao individualismo. "Why Do Agents Hold Money, and Why Does it Matter?", *Research Report 9401*, Department of Economics, The University of Western Ontario, October, 1993, p. 1. Por sua vez Herschel Grossman acaba por dizer, "although the story of Robinson Crusoe addresses many important economic questions, it is not relevant for the issues of monetary economics", "Monetary Economics, A review essay", *Working Paper 91-14*, Department of Economics, Brown University, April, 1991, p. 28.

<sup>78</sup> Amartya Sen, "Maximization and the Act of Choice", *Tem di Discussione*, Banca de Italia, N.270, May, 1996. Sen defende que o comportamento "satisficing" de Herbert Simon é um comportamento maximizante.

<sup>79</sup> Estamos a seguir Sen.

agentes, que devem fazer as suas escolhas, levará a aumentar de forma imensa as possíveis soluções<sup>80</sup>. A alteração ao quadro simplificado em que o economista se move leva de imediato à complexidade. E esta última é crescente. Senão vejamos aonde podemos ser conduzidos. As antecipações racionais trouxeram-nos a justificação para que os economistas se transformassem em deuses criadores de super-deuses. Os economistas criam agentes que se comportavam nos seus modelos com conhecimentos que os seus criadores não possuíam e que procuravam obter através desses modelos. A limitação do princípio desta forma de encarar a racionalidade <sup>81</sup>, leva a criar criaturas que se comportam de forma mais parecida com os seus criadores. O seu conhecimento faz-se agindo no mundo económico. Os agentes económicos não têm agora de resolver previamente os seus problemas científicos antes de o economista encontrar a solução. Mas a introdução de funções de comportamento de aprendizagem, para os diferentes agentes, leva a uma sobrecarga de conhecimentos matemáticos e de novas matérias, como as da inteligência artificial, para o economista, assim como à utilização de meios de cálculo muito sofisticados. Estamos convencidos que será este um dos caminhos a percorrer no futuro, vemos por isso duas implicações imediatas: - maior exigência na formação dos economistas quanto a métodos quantitativos; e - a perda definitiva das “belas” soluções e conclusões a que estamos acostumados.

**4.1.3. Utilização do Método Científico em Economia.** Na apresentação dos princípios da economia uma das perguntas que sempre surgirá é se a economia é uma ciência, e no caso de o ser se estamos perante uma ciência como as ciências naturais<sup>82</sup>.

*David Hoas*<sup>83</sup> ao estudar a apresentação da economia que é feita pelos economistas divide a história mais recente em dois sub-períodos. De 1950 a 1980 estamos num período de esquizofrenia, a economia é apresentada como ciência, mas a dificul-

<sup>80</sup> O que consistiu na fraqueza das teorias do desequilíbrio que partiram da economia do equilíbrio geral. Penso na escola formada por Malinvaud, Benassy e Gramont, entre outros.

<sup>81</sup> Penso em Thomas Sargent, *Bounded Rationality in Macroeconomics*, (1993), Oxford, Clarendon Press, 1995.

<sup>82</sup> Daniel Hausman (ed.), "Introduction" em *The Philosophy of Economics ...*, ob. cit., p. 1.

<sup>83</sup> "A Historical Narrative of Methodological Change in Principles of Economics Textbooks", ob. cit., p. 223.

dade de defesa desta posição seria óbvia. No segundo período, a partir de 1980, a economia já surge como sendo uma ciência que é possuidora de um método científico.

A importância do tema pode ser vista pela quantidade de livros e artigos que surgiram sobre a metodologia em economia<sup>84</sup>. Em 1985 surgiu a revista *Economics and Philosophy* e mais recentemente o *Journal of Economic Methodology*. Fazendo a pesquisa para o período de 1970 a 1989, da expressão "economic methodology" na base de dados ECOLIT da *American Economic Association*, construída com base no *Journal of Economic Literature*, encontramos a seguinte evolução para o número de registos encontrados e a respectiva participação em permilagem:

Período	Registos	%o
[1970-74]	122	4,4
[1975-79]	182	5,99
[1980-84]	343	6,76
[1985-89]	696	6,53

Como vemos, da primeira metade dos anos setenta à segunda metade dos anos oitenta, o número de referências aumenta significativamente. Não podemos dizer que os economistas não tenham uma preocupação crescente com problemas de metodologia que digam respeito à sua disciplina.

Como sabemos, a apresentação da metodologia deve responder a variadas perguntas, em que as principais respeitam à diferença entre ciência e não-ciência e como podemos escolher entre teorias concorrentes. Deve também ensinar-nos como proceder para que possamos fazer ciência económica<sup>85</sup>.

A indução como método científico surge sintetizada por *Stuart Mill* em *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive*<sup>86</sup>, em 1843. Mais tarde, em 1836, com o ensaio, *On the*

---

<sup>84</sup> Em Portugal o Professor Jacinto Nunes fez a sua lição aquando do seu jubileu, em Janeiro de 1996, justamente sobre metodologia em economia. *Introdução à Epistemologia e Metodologia Económicas Contemporâneas: O Post-Positivismo*, Lisboa, ISEG-UTL, 1996. Esta lição também foi publicada no Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1996.

<sup>85</sup> Bruce Caldwell, "The Case for Pluralism", em Neil de Marchi (ed.), *The Popperian Legacy ...*, ob. cit., pp. 231-44.

<sup>86</sup> (...), *being a connected view of the Principles of Evidence and the Methods of Scientific Investigation*.

*Definition of Political Economy*<sup>87</sup>, o método hipotético-dedutivo era utilizado, embora as-  
sentando em premissas indutivistas<sup>88</sup>. Mas o domínio do método dedutivo, vai avan-  
çar naquela segunda metade do Século<sup>89</sup>. *John Neville Keynes*, com a sua obra sobre a  
metodologia clássica *The Scope and Method of Political Economy* de 1890, acabará por de-  
fender a argumentação hipotética-dedutiva apesar da presença da tradição, que re-  
montava a *Adam Smith*, histórico-indutiva. O domínio do método hipotético-dedutivo  
acabou por levar os economistas do Século passado, e ainda no início deste Século  
para posições verificacionistas onde assume importância o conhecimento das chama-  
das causas perturbadoras que afastam as deduções lógicas das situações efectivas. Não  
se trata de pôr as teorias à prova, antes pelo contrário, trata-se de as proteger do apa-  
recimento e desenvolvimento de causas perturbadoras. A corroboração aparecia  
como justificando uma teoria e a refutação levava os economistas a agarrarem-se às  
conclusões tendenciais expurgando aquelas causas que os afastavam da verdade.

A presença da indução nos primeiros economistas está desde logo associada à  
teoria do valor. A própria designação de *subjectiva* aponta para a presença do princípio  
hedonístico na explicação dos preços. Para *Thorstein Veblen* essa posição caracterizava  
afinal clássicos e marginalistas<sup>90</sup>. E se a ideia permaneceu não foi porque economistas  
como *Lionel Robbins* não tenham chamado a atenção que já *Carl Menger* e *Böhm-Bawerk*  
havam repudiado tais referências psicológicas.

O domínio, desde a segunda metade do Século passado, do método hipotéti-  
co-dedutivo acabou por trazer uma segurança baseada em regras lógicas às conclusões  
dos economistas. A dedução deve ser entendida no seu sentido normal, em que o *ex-  
plicandum* é uma consequência lógica necessária das premissas tomadas, e no seu senti-

---

<sup>87</sup> Ver Blaug, *A Metodologia ...*, p. 102-128.

<sup>88</sup> Veja-se de Abraham Hirsch, "John Stuart Mill and the Problem of Induction", Kevin Hoover e Steven Sheffrin (eds.), *Monetarism and the Methodology of Economics, Essays in Honour of Thomas Mayer*, Aldershot, Elgar, 1995, pp. 217-24.

<sup>89</sup> Cem anos atrás, David Hume insistia que o raciocínio indutivo não era válido.

<sup>90</sup> "Both the classical school in general and its specialized variant, the marginal-utility school, in particular, take as their common point of departure the traditional psychology of the early nineteenth-century hedonists, which is accepted as a matter of course or of common notoriety and is held quite uncritically", "The Limitations of Marginal Utility", em Daniels Hausman (ed.), *The Philosophy ...*, ob. cit., pp. 143-56; p. 145.

do probabilístico, em que as premissas são logicamente insuficientes para assegurar a verdade do *explicandum*, tornando no entanto este último provável<sup>91</sup>. A dedução a partir de certos pressupostos pode acabar, no entanto, por conduzir ao que podemos chamar uma segurança contestável, sobretudo quando apoiada pela matemática<sup>92</sup>.

Porque será sempre verdade que a escola dominante em qualquer momento imporá as regras de investigação e de retórica que a caracterizam<sup>93</sup>, o facto de quase todos fazerem da mesma maneira não deve ser confundido com a força e correcção do método. O próprio nível de abstracção exigido às hipóteses de partida pode conduzir autores à marginalização porque tomam hipóteses um pouco à margem do que é tradicional<sup>94</sup>, ou as hipóteses tomadas destinam-se a validar posições ideológicas que de outra forma seriam ignoradas<sup>95</sup>.

A definição de equilíbrio em economia e o estudo privilegiado das situações de equilíbrio acaba por dar um outro sentido de segurança que não deverá existir. Trata-se da segurança de conhecimento do futuro, ou seja, o futuro acaba por estar implicado pelo presente. As escolhas a serem feitas hoje e amanhã pelos agentes não determinam o conhecimento que já hoje temos desse futuro<sup>96</sup>. A simplificação e utilidade do conceito de equilíbrio, se usadas sem percepção do nível de abstracção aí implicado podem conduzir a exageros determinísticos óbvios. Este exagero é combatido por duas escolas perfeitamente distintas, a neo-austriaca e a pós-keynesiana. E não deixa de

<sup>91</sup> Ernest Nagel, *The Structure of Science, problems in the logic of scientific explanation*, New York, Brace & World Inc., 1961, pp. 23 e 23.

<sup>92</sup> "economics professors whose emphasis on formal mathematical modeling and the neoclassical approach excludes consideration of alternative approaches create a false sense of security about the *science* underlying the discipline". Robin Bartlett e Susan Feiner, "Balancing the Economics Curriculum: Content, Method and Pedagogy", ob. cit., p. 560.

<sup>93</sup> Com tão o lembra Robert Solow, "Comments from Inside Economics", em Arjo Klamer, Donald McCloskey e Robert Solow (eds.), *The Consequences of Economic Rhetoric*, ob. cit., p. 35.

<sup>94</sup> Giovanni Dosi, "Some Thoughts on the Promises, Challenges and Dangers of an «Evolutionary Perspective» in Economics", *Journal of Evolutionary Economics*, 1(1), 1991, pp. 5-7; p. 5.

<sup>95</sup> Herbert Simon acusa Milton Friedman de procurar fazer a validação do que chama teoria clássica com a sua proposta de irrelevância dos pressupostos. "Problems of Methodology - Discussion", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 53, May, 1963, pp. 229-31.

<sup>96</sup> James Buchanan e Viktor Vanberg, "The Market as a Creative Process", *Economics and Philosophy*, 7(2), October, 1991, pp. 167-86.

ser interessante verificar que no grupo de discussão na *Internet* dos pós-keynesianos, sediado na Universidade do Colorado, os neo-austriacos aí tenham uma participação relevante<sup>97</sup>.

**4.1.4. O Uso do Formalismo.** Os economistas académicos pretendem que as suas análises teóricas se caracterizem pela coerência lógica, pela elegância e generalidade<sup>98</sup>. A insistência nestas condições acaba muitas vezes por ser mais importante que a relevância das conclusões e a capacidade de predição<sup>99</sup>. Na opinião de um economista *lakatiano*, "o conhecimento económico é construído peça a peça, através do uso das explicações parciais que melhor encaixam nos recantos e nas fendas da nossa disciplina. Os modelos são metáforas que explicam uma estrutura em termos de outra. Se de facto procuramos compreender a própria economia, então os modelos simples são indispensáveis uma vez que apenas a economia é um modelo perfeito de si própria"<sup>100</sup>. "É através da *sequência* de modelos que a comunidade de economistas aprecia as aplicações de economia"<sup>101</sup> <sup>102</sup>. É pois fácil de reconhecer o papel que a matemática é chamada a desempenhar na nossa compreensão da economia e na comunicação entre economistas.

---

<sup>97</sup> Uma interessante apresentação também é feita por Brian Snowdon, Howard Vane e Peter Wynarczyk, *A Modern Guide to Macroeconomics, an introduction to competing schools of thought*, Aldershot, Elgar, 1994, "8. The Austrian and Post-Keynesian Schools", pp. 351-82.

<sup>98</sup> Bruce Caldwell, *Beyond Positivism, Economic Methodology in the Twentieth Century*, rev. ed., London, Routledge, 1994, pp. 231-2. Voltaremos a esta questão mais à frente.

<sup>99</sup> Mark Blaug, "Kuhn versus Lakatos or Paradigms versus Research Programmes in the History of Economics", em Spiro Latsis (ed.), *Methods and Appraisal in Economics*, Cambridge, C.U.P., 1976, pp. 149-80; p. 159.

<sup>100</sup> "Economic knowledge is constructed piece by piece, using partial explanations which are better fitted into the nooks and crannies of our discipline than other partial explanations. Models are metaphors, explaining one structure in terms of another. If the actual economy is that which we seek ultimately to understand, simplified models are indispensable since only the economy is a perfect model of itself". Roy Weintraub, *Microfoundations, the compatibility of microeconomics and macroeconomics*, Cambridge, C.U.P., 1979, p. 160.

<sup>101</sup> "A *sequence* of models is the unit in which applied economics is in fact appraised within the economist-community". "The Neo-Walrasian Program is Empirically Progressive", em Neil de Marchi (ed.), *The Popperian Legacy ...*, ob. cit., pp. 213-27; p. 225.

<sup>102</sup> Veja-se a análise que é feita do contributo metodológico de Weintraub em Jack Birner, "Is the Past Really Not What it Used to Be?", University of Maastricht e University of Trento, W.P., 1995.

Mas a tendência que se verificou em economia limitou-se a acompanhar o que acontecia em outras ciências. Nos Séculos XIX e XX a ciência, em geral, tornou-se demasiado técnica e matemática acabando por ser apenas compreendida pelos especialistas<sup>103</sup>. O seu papel de "máquina de extracção de sumo", como lhe chamou *Carl Hempel*<sup>104</sup>, tornou-se insubstituível em economia. *Subroto Roy* escreveu que "embo- ra a matemática, por si própria, nada possa dizer acerca da realidade económica, e nada que seja real ou concreto dependa em último lugar da validade formal de qual- quer teorema matemático, a matemática é contudo importante - de facto é *na prática* indispensável no trabalho empírico, seja em economia ou em qualquer outra discipli- na (...), sem ela não estaríamos em condições de colocar questões sobre a realidade económica"<sup>105</sup>. Mas no entanto, o seu papel pode ser de tal forma dominante que a própria compreensão dos fenómenos pode ser destruída, como o reconhece o matemático *Ian Stewart*<sup>106</sup>, e também a *Commission on Graduate Education in Economics*<sup>107</sup>.

Mas no fundo, parece-nos que o seu domínio como técnica de desenvolvimen- to dos raciocínios lógicos é inquestionável em economia. A "matemática não é apenas outra linguagem: é uma linguagem mais o raciocínio, é uma linguagem mais a lógica,

---

<sup>103</sup> Stephen Hawking, *Une Brève Histoire du Temps, du Big Bang aux Trous Noirs*, tradução de *A Brief History of Time From Big Bang to Black Poles*, 1988, Paris, Flammarion, 1989, p. 209. Este autor acrescenta ainda que os filósofos ficaram tão reduzidos nas suas matérias que *Wittgenstein* pode dizer que "le seul goût qui reste au philosophe, c'est l'analyse de la langue", pp. 209-10.

<sup>104</sup> "On the Nature of Mathematical Truth", *American Mathematical Monthly*, 52, 1945.

<sup>105</sup> "while mathematics by itself cannot say anything about economic reality, and while nothing real or actual depends ultimately on the formal validity of any mathematical theorem, mathematics is nevertheless valuable - indeed that it is *in practice* indispensable to empirical inquiry, whether in economics or elsewhere (...), without which we would not be able to ask questions of economic reality at all or as readily". *Philosophy of Economics, on the Scope of Reason in Economic Inquiry*, London, Routledge, 1989, p. 164.

<sup>106</sup> "If carried too far (and in this case, enough is too much) this destroys understanding, instead of aiding it". *Concepts of Modern Mathematics*, Harmondsworth, Penguin Books, 1975, p. 3.

<sup>107</sup> "The Commission's fear is that graduate programs may be turning out a generation with too many *idiots savants*, skilled in technique but innocent of real economic issues". Anne Krueger et al., "Report of the Commission on Graduate Education in Economics", ob. cit., p. 1044-5.



é um instrumento para raciocinar"<sup>108</sup>, e sem este raciocínio não existe economia como ciência<sup>109</sup>.

Os economistas norte-americanos enfrentam um problema que não é tão importante na Europa. O critério fundamental para o progresso profissional reside na capacidade analítica e não no conhecimento da economia ou da própria literatura económica<sup>110</sup>, o que corresponde a um princípio económico porque se trata afinal de um procedimento de selecção de baixo custo para quem selecciona<sup>111 112</sup>. E talvez resida aqui a principal razão para a tentação do uso exagerado do formalismo.

**4.1.5. O Problema do Realismo das Hipóteses.** O estudo já referido de *Milton Friedman* foi durante muito tempo o único que apresentava uma metodologia a ser seguida pelos economistas. Neste estudo as hipóteses tem um papel muito particular, tendo sido associado ao autor a ideia da irrelevância do realismo das hipóteses em economia. Que se entende por "realismo das hipóteses" ?

As hipóteses não têm que ser realistas no sentido em que expressam fielmente uma parte, uma componente, da realidade que se pretende estudar. Não são algo aquém da teoria que se pretende aplicar ou desenvolver. Para "que os nossos sentidos nos digam alguma coisa, temos de possuir conhecimento prévio: para podermos ver uma «coisa», temos de saber o que são «coisas»"<sup>113</sup>. Muitas das hipóteses em econo-

<sup>108</sup> Richard Feynman, *O que é Uma Lei ...*, p. 53. Este autor acrescenta mesmo, Para aqueles que não sabem matemática é difícil reconhecer a beleza profunda da natureza, p. 75.

<sup>109</sup> "Des questions économiques nombreuses, peut-être importantes, et souvent élémentaires, ne peuvent pas être traitées sans quelques mathématiques (...). Mais il existe aussi d'excellentes études d'Économie qui n'utilisent pas du tout de mathématiques. Cependant, dans ces dernières, très souvent les mathématiques sont pour ainsi dire juste derrière la porte". Serge-Christophe Kolm, *Philosophie de l'Économie*, Paris, Éd. du Seuil, 1986, p. 97.

<sup>110</sup> David Colander e Anjo Klamer, "The Making of an Economist", *Journal of Economic Perspectives*, 1(2), Fall, 1987, pp. 95-111.

<sup>111</sup> Bruno Frey e Reiner Eichenberger, "Economics and Economists: A European Perspective", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 82(2), May, 1992, pp. 216-20; p. 216.

<sup>112</sup> Sobre as dificuldades que a ênfase nos aspectos analíticos trouxe para os *liberal arts college*, ver Hischel Kasper et al., "The Education of Economists: From Undergraduate to Graduate Study", *Journal of Economic Literature*, 29(3), September, 1991, pp. 1088-109.

<sup>113</sup> Karl Popper, *Um Mundo de Propensões*, Lisboa, Fragmentos, s/data, (tradução de duas

mia, quando utilizadas separadamente pouco sentido fazem, até mesmo a que respeita à maximização da satisfação, ou dos lucros esperados, mas elas ganham um outro significado quando enquadradas ou combinadas com outras hipóteses<sup>114</sup>. O significado de uma hipótese deve pois ser encontrado no conjunto das hipóteses, para além, dos resultados a que somos conduzidos no desenvolvimento teórico<sup>115</sup>. "Classificar, reagrupar, delimitar (...). Todas estas operações estão marcadas pelo uso que fazemos do seu resultado. Elas não existem a priori: elas são necessárias à análise e à explicação que as utiliza, mas elas também dependem do uso que fazem delas (...). A maneira de descrever as coisas depende à partida do que pensamos delas"<sup>116</sup>. Como insiste Feyerabend, não é a linguagem teórica que tem necessidade da observacional, mas o contrário, é o vocabulário observacional que tem necessidade de interpretação teórica<sup>117</sup>. Em suma, as hipóteses são já elas próprias uma construção feita pelo investigador. E é normal que quanto mais gerais forem as hipóteses, mais afastadas de uma ideia de realismo estarão, e maior o alcance de uma teoria<sup>118</sup>. O consumidor ideal tomado pelos economistas é disso um exemplo. Ninguém pensa nele como um consumidor real, até porque esta categoria não existe. A teoria económica, como qualquer outra teoria, não pode responder em simultâneo ao realismo e à generalidade. Não podendo representar todos os consumidores, a economia representou o consumidor

---

conferências de 1989), p. 53.

<sup>114</sup> Fritz Machlup, "On Indirect Verification", em Daniel Hausman (ed.), *The Philosophy ...*, pp. 168-79; p. 178.

<sup>115</sup> Como salienta Blaug, *A Metodologia ...*, p. 150, devemos seguir G. Archibald na divisão do tipo de pressupostos que sustentam uma teoria, pois para cada tipo de pressupostos encontramos um significado próprio para a questão do realismo. Archibald enuncia cinco tipos diferentes em "The State of Economic Science", *British Journal for the Philosophy of Science*, 10, 1959.

<sup>116</sup> "Classer, regrouper, délimiter (...). Toutes ces opérations sont marquées par l'usage que l'on fait de leur résultat. Elles n'existent pas a priori: elles sont nécessaires à l'analyse et à l'explication qui les utilisent, mais elles en dépendent aussi (...). La manière de décrire les choses dépend déjà un peu de la compréhension que l'on en a". Michel Vaté, *Leçons d'Économie Politique*, 6<sup>ème</sup> ed., Paris, Economica, 1991, p. 11-2. Este autor cita em seguida François Jacob, "Pour apporter une observation de quelque valeur, il faut déjà, au départ, avoir une certaine idée de ce qu'il y a à observer. Il faut déjà avoir décidé ce qui est possible".

<sup>117</sup> Paul Feyerabend, "Problems of Empiricism", em R. Colodny (ed.), *Beyond the Edge of Objectivity*, Englewood Cliffs, 1965, p. 213.

<sup>118</sup> Thomas Mayer, "Friedman's Methodology of Positive Economics ...", ob. cit., pp. 217-8.

típico, fez o que as outras ciências também fazem<sup>119</sup>. Ao actuar desta maneira não estamos a dizer que *Herbert Simon* não tenha razão acerca das limitações de conhecimento e assim de actuação dos indivíduos<sup>120</sup>, o que estamos a fazer é reter o indivíduo típico que nos pode servir como consumidor ideal. O contraponto ao realismo, através de exemplos, abundam. O mais citado é o do jogador de bilhar, mas poderíamos falar de nós enquanto condutores de automóvel nas ultrapassagens. Também a representação do corpo humano usada em medicina é tão diferente do corpo de cada um de nós, e não foi essa representação que alguma vez impediu o progresso em medicina.

A tese de *Friedman* envolve alguns outros aspectos que são difíceis de aceitar. O primeiro deles é a validação das hipóteses através das conclusões finais. O problema que se coloca às hipóteses é se elas são ou não boas aproximações para a finalidade pretendida, sendo essa finalidade a capacidade de predição de uma explicação<sup>121</sup>. Dito de outra maneira, sabemos se as hipóteses são válidas para o estudo pretendido se as conclusões o forem. Esta falácia lógica da passagem da validade da conclusão para as hipóteses foi denunciada por *Ernest Nagel* e *Paul Samuelson*<sup>122</sup>. *Thomas Mayer* faz uma proposta de leitura mais suave dos propósitos de *Friedman* negando que ele tenha caído naquela falácia e defendendo que ele apenas pretendia propor uma frutuosa heurística para os economistas<sup>123</sup>.

---

<sup>119</sup> Michel Vaté, ob. cit., p. 78-80.

<sup>120</sup> "They do not know all the alternatives that are available for action; they have only incomplete and uncertain knowledge about the environmental variables, present and future, that will determine the consequences of their choice; and they would be unable to make the computations required for optimal choice even if they had perfect knowledge". "Altruism and Economics", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 83(2), May, 1993, pp. 156-61; p. 156.

<sup>121</sup> "the question whether a theory is realistic *enough* can be settled only by seeing whether it yields predictions that are good enough for the purpose in hand or that are better than predictions from alternative theories". Milton Friedman, "The Methodology of Positive Economics", ob. cit., p. 41, ver também pp. 40-2.

<sup>122</sup> Veja-se de Herbert Simon, "Problems of Methodology - Discussion", ob. cit., pp. 229-31; e também Mark Blaug, *A Metodologia ...*, ob. cit., p. 53.

<sup>123</sup> "Friedman's Methodology of Positive Economics ...", p. 221.

**4.1.6. O Falsificacionismo em Economia.** Para o positivismo uma tese económica deve ser retida se pudermos, através das observações disponíveis, verificá-la. Uma parte substancial do nosso trabalho consiste precisamente nesta tentativa<sup>124</sup>. O positivismo que usamos é do tipo confirmacionista de *Rudolf Carnap*. Este autor abandonou o verificacionismo, e passou a defender o confirmacionismo como forma de sustentar observações científicas<sup>126</sup>. Pelo novo critério uma boa teoria é aquela que se vê confirmada muitas vezes. *Popper* veio revolucionar o critério de demarcação positivista. O seu critério é o falsificacionismo. Uma teoria para ter um carácter científico deve conduzir a afirmações que possam ser falsificáveis, isto é, se proibirem que certos actos, estados ou eventos ocorram<sup>127</sup>. Uma boa teoria é agora aquela que proíbe muito, porque assim pode ser mais severamente testada<sup>128</sup>. Este princípio de demarcação constitui desta forma uma metodologia bastante agressiva para o investigador<sup>129</sup>. Assim, é "sempre possível demonstrar que qualquer teoria bem definida está errada, mas nunca se pode provar que está certa"<sup>130</sup>. Até porque o investigador pode ter uma atitude defensiva e dessa forma proteger as suas conclusões de forma que a sua refutação seja difícil. Por isso, aquilo que não se prova que está errado não significa que esteja certo. Podemos pois concordar com a seguinte observação: "estamos a tentar provar o mais rapidamente possível que estamos errados. Esta é a única maneira de progredir"<sup>131</sup>. Mas convenhamos que se trata de uma observação aparentemente desmotivadora para quem investiga, e dificilmente se acreditará que é esse o móbil do trabalho do investigador.

---

<sup>124</sup> Pierre Jacob, "Comment peut-on ne pas être Empiriste ?", em P. Jacob (ed.), *De Vienne à Cambridge, l'héritage du positivisme logique*, Paris, Gallimard, 1980, pp. 7-52.

<sup>125</sup> Bastará lembrar a lógica do nosso trabalho de investigação econométrica.

<sup>126</sup> Rudolf Carnap, "Testability and Meaning", *Philosophy of Science*, 3, 1937, p. 425. Veja-se Bruce Caldwell, *Beyond Positivism ...*, p. 22 e "Clarifying Popper", *Journal of Economic Literature*, 29(1), March, 1991, pp. 1-33; p. 3.

<sup>127</sup> Mark Blaug, *A Metodologia ...*, ob. cit., p. 15.

<sup>128</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>129</sup> Mark Blaug, "Kuhn versus Lakatos or Paradigms versus Research Programmes in the History of Economics", ob. cit., pp. 151-2.

<sup>130</sup> Como nos diz Richard Feynman, *O que é Uma Lei ...*, ob. cit., p. 201.

<sup>131</sup> *Ibid.*, p. 202.

O princípio do falsificacionismo como um princípio absoluto não é acolhido pelos que o advogam em economia, como é o caso de *Mark Blaug*. Este autor tem negado que *Popper* defendesse a sua aplicação de uma forma *naïve*, e isto porque "visto que muitos dos fenómenos físicos e virtualmente todos os fenómenos sociais são de natureza estocástica, a verificação de um único resultado adverso significa que é improvável que a hipótese seja verdadeira, não a certeza que ela seja falsa"<sup>132</sup>. Um outro autor, como *Hayek*, admitia que o falsificacionismo tivesse sido mais importante nos estádios mais primitivos, do que nos mais avançados, da análise económica<sup>133</sup>.

Devemos reconhecer que as dúvidas sempre existiram sobre a aplicação deste método à economia. Logo à partida existe a dificuldade emergente do facto de as premissas de comportamentos maximizantes em economia subtraírem as suas conclusões à aplicação do critério do falsificacionismo<sup>134</sup>. Talvez por isso, *Archibald*<sup>135</sup> conclui peremptoriamente que a prática de investigação em economia não corresponde ao critério de demarcação de *Popper*, e *Dennis Mueller*<sup>136</sup> quando expõe o que chama de componentes da prática científica dos economistas, apresenta uma visão confirmacionista do trabalho destes. Também *Fritz Machlup*<sup>137</sup> advertiu que a forma de desenvolvimento do trabalho de investigação do economista escapa ao falsificacionismo, porque as conclusões que deduz são condicionais, o que faz depender a sua avaliação da verificação de todas as condições, e ainda porque muitas das nossas conclusões têm um carácter probabilístico, o que faz com que as proibições do que de facto exista ou acon-

---

<sup>132</sup> "since many physical and virtually all social phenomena are stochastic in nature, a single adverse result implies the improbability of a hypothesis being true, not the certainty that it is false". *Economic Theory in Retrospect*, ob. cit., Cap. 16, "A Methodological Postscript", p. 714.

<sup>133</sup> Bruce Caldwell, "Clarifying Popper", ob. cit., p. 6.

<sup>134</sup> Veja-se Alexander Rosenberg, "If Economics isn't Science, What is It?" , *The Philosophical Forum*, 14(3-4), 1983, pp. 296-314, reproduzido em Daniel Hausman (ed.), *The Philosophy of Economics ...*, pp. 376-94, p. 379; e também Paul Arnaud, "Developments in Utility Theory as a Paradigm Language Game", ob. cit..

<sup>135</sup> "Refutation or Comparison", *British Journal of the Philosophy of Science*, 17, 1966, pp. 279-96.

<sup>136</sup> Dennis Mueller, "The Corporation and the Economist", *International Journal of Industrial Organization*, 10, 1992, pp. 147-70, reproduzido em Daniel Hausman (ed.), *The Philosophy of Economics*, ob. cit., p. 300.

<sup>137</sup> "The Problem of Verification in Economics", *Southern Economic Journal*, 22, 1955, pp. 271-84.

teça não conduza à eliminação do seu trabalho de análise<sup>138</sup>. Como a base experimental da ciência económica é marginal<sup>139</sup>, a alteração de hipóteses de um autor por parte de outro autor, de forma a que os resultados não sejam abandonados como incorrectos, pode tanto resultar de uma forma de proteger a análise feita, levando a adaptações *ad hoc*, como de um trabalho de investigação genuíno.

O comentário que acima citámos de *Mark Blaug*, acerca da utilização da metodologia proposta por *Popper*, justifica-se perfeitamente quando temos em conta as características específicas da economia. A menos que retenhamos uma metodologia destrutiva, "quando as conjecturas falham os testes, nenhuma desculpa são permitidas. As teorias devem ser encaradas como refutadas, e novas conjecturas devem ser propostas e postas à prova. Esta sugestão seria extremamente destrutiva se fosse seriamente aplicada"<sup>140</sup>.

Talvez a maior ferida na demarcação baseada no falsificacionismo venha do sucesso verificado com hipóteses *ad hoc* que ao pretenderem imunizar uma teoria contribuíram para o avanço da ciência. Os exemplos clássicos vêm-nos da descoberta de novos planetas, como foi o caso de Neptuno, Urânio e Plutão<sup>141</sup>. Também a descoberta que a velocidade da luz era finita resultou da defesa da lei da gravitação contra o facto óbvio do atraso, ou adiantamento, de oito minutos das luas de Júpiter<sup>142</sup>. Mas

---

<sup>138</sup> Como tão bem escreveu Ludwig Wittgenstein, "Qu'une proposition puisse en fin de compte se révéler fautive, cela dépend des déterminations que je répute valides pour cette proposition". *De la Certitude*, (1969), Paris, Éd. Gallimard, 1976, p. 32.

<sup>139</sup> O que facilita o facto de lidarmos com uma base empírica que está teoricamente já impregnada, e que era reconhecido por Popper. Bruce Caldwell, "Clarifying Popper", ob. cit., p. 3. Veja-se também Roy Weintraub, *General Equilibrium; studies in appraisal*, Cambridge, C.U.P., 1985, pp. 169-71.

<sup>140</sup> "When the conjectures fail the tests, no excuses are permitted. The theories must be regarded as refuted, and new conjectures must be proposed and scrutinized. This proposal would be extremely destructive if it were seriously carried out". Daniel Hausman, "Introduction", *The Philosophy of Economics ...*, p. 19. O que leva este mesmo autor a afirmar noutro local "My thesis is that Poppers philosophy of science is a mess, and that Popper is a very poor authority for economists interested in the philosophy of science to look to". "Discussion", Neil de Marchi (ed.), *The Popperian Legacy ...*, p. 17.

<sup>141</sup> Alexander Rosenberg, "If Economics isn't Science, What is It?", ob. cit.. Este autor atribui ainda as leis da termodinâmica a tais atitudes imunizadoras.

<sup>142</sup> Foi Ole Roemer que em 1676 ousou ir contra os factos. Richard Feynman, *O Que é Uma Lei ...*, pp. 31-2; e Stephen Hawking, *Une Brève Histoire du Temps ...*, ob. cit., p. 35.

outras descobertas menores poderiam ser descritas e assim fundamentar a posição anarquista de Paul Feyerabend<sup>143</sup>.

A tese *Duhem-Quine*<sup>144</sup>, que pretende ser geral e por isso aplicar-se em qualquer ciência, diz-nos que nenhuma hipótese científica é exclusivamente refutada ou aceite porque testamos sempre uma hipótese particular num contexto ao qual pertencem condições iniciais e proposições auxiliares, pelo que nunca estaremos certos se a refutação é dirigida à própria tese ou a algumas daquelas condições ou proposições<sup>145</sup>, acaba por justificar o trabalho imunizador das diferentes teorias em economia.

Já acima falámos da questão da racionalidade. Vejamos agora como esta questão afecta de forma directa o propósito da aplicação do princípio de demarcação de *Popper*. Como definem os economistas a racionalidade? Tomemos como definição de comportamento racional o comportamento que corresponde ao das pessoas que tentam fazer o melhor para elas próprias tal como elas o sentem<sup>146</sup>. A definição é geral, como convém, e liberta-nos de uma regra precisa que seria sempre verdade, geográfica e historicamente, e que seria o primeiro passo para o erro. Mas em vez disso, temos uma meta-regra de comportamento que não está sujeita ao ónus da prova. Não é diferente a racionalidade situacionista de *Popper*, que é uma racionalidade mínima, e que "não considera mais do que a adequação das nossas acções aos nossos problemas tal como nós os vemos"<sup>147</sup>. Também agora esta definição fica aquém do seu critério de

---

<sup>143</sup> *Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge*, London, New Left Books, 1975. Feyerabend ilustra a sua posição com inúmeros casos de sucesso científico com desrespeito pelas regras metodológicas dominantes e também até onde o policiamento das regras pode levar a prática científica. Existe tradução em português, da edição revista, que data de 1988, (*Contra o Método*, Lisboa, Relógio D'Água, 1993). Bruce Caldwell, prefere a designação de *dadaísmo* para o caracterizar. Cap. 5, "Contemporary Philosophy of Science - The Growth of Knowledge Tradition", em *Beyond Positivism ...*, ob. cit., pp. 68-96. Veja-se também de Feyerabend, *Science in a Free Society* (1978), London, Verso, 1982.

<sup>144</sup> Mark Blaug, *A Metodologia ...*, p. 17. Este autor também designa esta tese por *Duhem-Poincaré* em "A Methodological Postscript", p. 717.

<sup>145</sup> Bruce Caldwell desenvolve esta posição na sua proposta de pluralismo metodológico.

<sup>146</sup> "Rationality behaviour is people trying to do what they perceive as best for them to do". Em itálico no original. John Hey, "Rationality is as Rationality Does", em Bill Gerrard (ed.), *The Economics of Rationality*, ob. cit., pp. 6-21; p. 14.

<sup>147</sup> "assumes no more than the adequacy of our actions to our problems as we see them". Bruce Caldwell, "Clarifying Popper", ob. cit., p. 18.

demarcação. E não adianta dizer que *Popper* sabia muito pouco de economia<sup>148</sup>, porque afinal se o economista tiver de decidir pelo situacionismo ou pelo falsificacionismo, ele tomará sem dúvida o primeiro<sup>149</sup>.

Na dedução de modelos, os economistas podem manter toda uma série de parâmetros livres de determinação. Esta prática corresponde a uma atitude normal na investigação teórica e desejável na investigação empírica<sup>150</sup>. Na investigação teórica essa atitude corresponde ao que *Johannes Klant*<sup>151</sup> designou por *paradoxo dos parâmetros* e que tem como consequência impossibilitar a aplicação do princípio do falsificacionismo. Mas apresentarmos as dificuldades de aplicação de um método, e até insistirmos no seu uso diminuto, não significa que o economista não o procure reter como um dos princípios metodológicos na sua investigação<sup>152</sup>.

**4.1.7. "Paradigmas" e "Programas de Investigação Científica"**. O conceito de paradigma surgiu como uma forma de descrever a evolução das diferentes ciências e os seus mais ou menos numerosos períodos de marasmo ou de sobressalto<sup>153</sup>. O critério de *Thomas Kuhn*, de natureza mais descritiva, levou à imprecisão inicial na utilização do conceito, o que fez com que fossem identificados vinte e um sentidos diferentes na sua utilização<sup>154</sup>. *Mark Blaug* defende simplesmente que "a expressão 'paradigma' deveria ser banida dos textos económicos"<sup>155</sup>. O facto de na edição seguinte

---

<sup>148</sup> Ou das ciências sociais em geral. Afinal já o mesmo tinha acontecido com *Kuhn*.

<sup>149</sup> *Ibid.*, p. 20-1.

<sup>150</sup> Como dizia *Jacob Marshak*, em "On Econometric Tools", *Synthese*, 20 1969, pp. 483-88, reproduzido em *Daniel Hausman* (ed.), *The Philosophy...*, ob. cit., pp. 280-5. A metodologia do *geral para o particular* de *David Hendry* é também a prova disso.

<sup>151</sup> *The Rules of the Game: the Logical Structure of Economic Theories* (1979), Cambridge, C.U.P., 1984, Cap. 4.

<sup>152</sup> Sem que tenhamos de cair na prática de *S. Tomás*.

<sup>153</sup> *Thomas Kuhn*, *The Structure of Scientific Revolutions*, 1<sup>st</sup> ed., 1962, 2<sup>nd</sup> ed., 1970, Chicago, Chicago U.P..

<sup>154</sup> *Margaret Masterman*, "The Nature of a Paradigm", em *Imre Lakatos* e *Alan Musgrave* (eds.), *Criticism and the Growth of Knowledge*, Cambridge, C.U.P., 1970, pp. 59-89. A autora admitia poderem haver mais sentidos da expressão paradigma, para além daqueles que ela identificou, p. 61. Sobre os 21 sentidos identificados, pp. 61-5.

<sup>155</sup> "the term 'paradigm' ought to be banished from economic literature". *Kuhn versus Lakatos ...*, ob. cit., p. 149.



*Kuhn* falar em matriz disciplinar<sup>156</sup> não beliscou a popularidade do conceito de paradigma<sup>157</sup>.

Com a expressão matriz disciplinar *Kuhn* pretende englobar o conjunto ordenado de crenças, valores e técnicas que são partilhados pelos que praticam uma dada ciência. Mas em boa verdade se deve dizer que ainda mais popular que o conceito de paradigma acabou por se tornar o conceito de revolução científica. Mas também aqui, a primeira e a segunda edição diferem, reconhecendo o autor, nesta última, que a expressão revolução científica havia sofrido de exagero retórico e que afinal, o termo revolução também se aplicava a rupturas menores na história das ciências. Porque a sua metodologia é deduzida da história, a não verificação de algumas das suas hipóteses leva à sua imunização ou adaptação. Trata-se assim, como lhe chamou *Blaug*, de uma metodologia defensiva.

*Imre Lakatos* chamou a atenção que não devemos fazer uso da metodologia falsificacionista em teorias individuais, mas antes a conjuntos inter-relacionados de teorias<sup>158</sup>. A proposta de programa de investigação científica, PIC, é central à metodologia associada com o seu nome<sup>159</sup>. Um PIC caracteriza-se pelo seu *hard core* e pelo seu *protective belt*<sup>160</sup>. O primeiro é formado por um conjunto de crenças empiricamente irrefutáveis e ainda uma heurística positiva, que foram escolhidos pelos cientistas, e que afinal constituem em grande parte o seu corpo inicial metafísico. O segundo é formado por premissas auxiliares que conduzem a teorias que são afinal testáveis<sup>161</sup>. As alterações nestas hipóteses auxiliares devem ser progressivas, o que significa que, devem respeitar o falsificacionismo.

---

<sup>156</sup> *The Structure ...*, ob. cit., p. 182.

<sup>157</sup> Exemplos como o de Neil Smelser são raros. "Toward a Disciplinary Matrix in Sociology", em Neil Smelser (ed.), *Handbook of Sociology*, Newbury Park, Sage Pub., 1988, pp. 23-76.

<sup>158</sup> Ver Mark Blaug, *A Metodologia ...*, ob. cit., p. 75.

<sup>159</sup> "Imre Lakatos", ed. by John Worrall and Gregory Currie, *The Methodology of Scientific Research Programmes*, Philosophical Papers, Vol. I, Cambridge, C.U.P., 1978. Sobretudo pp. 8-101. Veja-se também Paul Feyerabend, *Problems of Empiricism*, Philosophical Papers, Vol. II, Cambridge, C.U.P., 1981, pp. 202-30.

<sup>160</sup> Spiro Latsis, "A Research Programme in Economics", em Spiro Latsis (ed.), *Method ...*, ob. cit., pp. 1-41; p.14 e 15.

<sup>161</sup> Mark Blaug, ob. cit., pp. 76-7.

Seguindo *Spiro Latsis*<sup>162</sup>, elas são teoricamente progressivas no caso de se apresentarem com um conteúdo próprio testável e empiricamente progressivas se pelo menos parte do seu próprio conteúdo for corroborado. A fraqueza e força dada ao núcleo duro vem assim das suas fronteiras onde se desenvolvem as tais hipóteses auxiliares<sup>163</sup>. Um programa degenerativo é aquele que sofre repetidas refutações e consequentes ajustamentos *ad hoc* que o subtraem a essas refutações. Mas um programa apenas é abandonado quando um programa alternativo der conta dos factos que o refutaram<sup>164</sup>. O que significa que não é por ser degenerativo que um programa é abandonado e também que programas rivais, mas com características diferentes de progressividade, podem coexistir apenas porque não existem regras lógicas que os possam comparar<sup>165 166</sup>.

Se tivermos em atenção o problema da racionalidade como princípio primeiro da análise económica, os problemas que tal princípio acarreta em termos da metodologia do falsificacionismo e as tentativas de adaptar aquele princípio de forma que ao geral sucede o particular, segundo o gosto do investigador, a metodologia de *Lakatos* torna-se agradável ao economista. Para mais, essa metodologia foi proposta a pensar na física e na matemática<sup>167</sup>. Como foi sugestivamente dito por *Bruce Caldwell*, sobre *Lakatos*, "a sua proposta que os programas científicos têm núcleos duros que não são passíveis de ser testados e são tomados como dados, a sua ideia que a elaboração de testes se destina frequentemente a confirmar em vez de a falsificar as teorias, e a sua pretenção que as metodologias devem ser adequadas do ponto de vista descritivo, fazem todas sentido aos economistas quando estes pensam na sua disciplina"<sup>168</sup>.

<sup>162</sup> Latsis, ob. cit., p. 15.

<sup>163</sup> A analogia com os impérios é elucidativa e instrutiva, "Empires, however, seem to be intrinsically unstable, limited as they are in their geographical area by the cost of transport of threats. Then at their boundaries, new threat system arise, sometimes with new technologies". Kenneth Boulding, "What is Evolutionary Economics?", *Journal of Evolutionary Economics*, 1(1), 1991, pp. 9-17; p. 14.

<sup>164</sup> Blaug, ob. cit., p. 303 e 309.

<sup>165</sup> Blaug em Latsis, ob. cit., p. 154.

<sup>166</sup> A questão da incomensurabilidade foi popularizada por Kuhn e Feyerabend. Ver P. Jacob, ob. cit., p. 45. Também Jacinto Nunes, ob. cit., p. 23.

<sup>167</sup> Terence Hutchison, "Discussion", em Neil de Marchi (ed.), *The Popperian Legacy ...*, ob. cit., pp. 33-4.

<sup>168</sup> "His proposal that scientific programs have hard cores which though untestable are taken

**4.1.8. A Presença de um Pluralismo Metodológico e o Pluralismo de Bruce Caldwell.** Os princípios metodológicos a que se deve sujeitar a economia serão os mesmos que para as outras ciências, nomeadamente para as que praticam sem peias a experimentação ?<sup>169</sup> Parece-nos que devemos defender que os princípios de escolha, do que deve ser entendido por ciência, devem ser os mesmos. De alguma forma esta é a posição do monismo metodológico<sup>170</sup>. Os critérios de escolha do que é ou não ciência devem ser os mesmos, independentemente da ciência em causa. Esta questão é diferente da levantada por *Paul Feyerabend*, na sua obra contra a presença de regras metodológicas precisas e sempre seguidas pelos investigadores, e também da levantada por *Fritz Machlup*<sup>171</sup>, sobre o grau de inferioridade das ciências sociais. Como nos diz um físico famoso, "temos de fazer sempre afirmações sobre domínios desconhecidos, sob pena de todo o trabalho científico ser inútil"<sup>172</sup>. E este princípio é comum a todas as ciências, assim como o deverão ser os critérios de avaliar as respostas e o nível de comprovação alcançados.

Esta posição não deve ser confundida com a defesa que existem regras bem definidas nos princípios metodológicos praticados pelos economistas e que é principalmente o uso de regras metodológicas que justifica a existência de uma dada disciplina em cada momento. Embora os princípios metodológicos praticados em economia se tenham alongado desde um apriorismo radical a um ultra empirismo<sup>173</sup>.

Iremos analisar de seguida a tese defendida por *Bruce Caldwell*<sup>174</sup>. Este autor propõe como metodologia para os economistas o respeito por um conjunto de méto-

---

as given, his view that testing often aims at confirming rather than falsifying theories, and his claim that methodologies should be descriptively adequate all make sense to economists when they think about their discipline". "Clarifying Popper", ob. cit., p. 12.

<sup>169</sup> Para uma exposição da importância do pluralismo metodológica em economia ver de Jacinto Nunes, *Introdução à Epistemologia ...*, ob. cit., pp. 24-38 (Boletim de Ciências Económicas, pp. 18-30).

<sup>170</sup> Mark Blaug, *A Metodologia ...*, ob. cit., pp. 89-94.

<sup>171</sup> *Methodology of Economics and Other Sciences*, ob. cit., pp. 345-67.

<sup>172</sup> Richard Feynman, *O que é Uma Lei ...*, ob. cit., p. 98.

<sup>173</sup> Mark Blaug, *Economic Theory ...*, ob. cit., p. 700.

<sup>174</sup> Principalmente Capítulos 12 e 13 de *Beyond Positivism ...*, ob. cit. e "The Case for

dos que leva a negar uma posição de espírito rígida sobre a admissão de um único método. Ao fazê-lo, procura ter em conta a prática dos economistas e a forma como estes têm reagido às propostas de metodologia para a economia.

Para ele, a maior parte dos economistas são sobretudo confirmacionistas e instrumentalistas que acabam por defender as suas posições teóricas pelas predições que fazem. E isto, porque um valor bastante importante, retido na avaliação de cada teoria, é a sua capacidade de fazer predições. Desta forma, as teorias valem por aquilo que propõem e pela sua capacidade de não serem contrariadas pelos factos. Estas regras mínimas acabam por ser compensadas por todo um sistema de enquadramento e de "empacotamento" das hipóteses e do seu relacionamento lógico, de acordo com princípios mínimos aceites e exigidos pela maior parte dos autores. Assim, quanto à apresentação da estrutura das teorias, os economistas preocupam-se com a coerência lógica, elegância, capacidade de compreensão de fenómenos próximos, generalidade, suporte teórico externo e simplicidade. Preocupam-se também com a plausibilidade das suas teorias, valorizando o seu realismo e o poder explicativo, com o seu valor pedagógico e não meramente retórico, e procuram ainda provar e defender as potencialidades de investigação das suas propostas teóricas.

A sua prática científica quanto às hipóteses aproxima-se, no entanto, mais da continuidade de aproximação do que da defesa da irrelevância dos pressupostos. Este princípio da continuidade de aproximação foi definido por *Herbert Simon*, "O princípio diz-nos que se as condições do mundo real se aproximarem bastante das hipóteses de um modelo ideal, as deduções destas hipóteses serão aproximadamente correctas"<sup>175</sup>.

À visão de *Caldwell* do que consiste o trabalho dos economistas, alia-se a sua relativa desconfiança nas potencialidades do falsificacionismo em economia. Em economia é muito difícil interpretar o significado de uma confirmação ou de uma não-confirmação de um teste. E isto porque, as condições iniciais, a partir das quais as

---

Pluralism", em Neil de Marchi (ed.), *The Popperian ...*, ob. cit., pp. 231-44.

<sup>175</sup> "It asserts: if the conditions of the real world approximate sufficiently well the assumptions of an ideal type, the derivations from these assumptions will be approximately correct". "Problems of Methodology-Discussion", ob. cit., p. 230.

conclusões são retiradas, são numerosas não havendo mesmo uma delimitação rigorosa da exogeneidade de algumas das variáveis envolvidas. Algumas destas condições iniciais são mesmo impossíveis de ser postas à prova com a realidade, como as preferências dos indivíduos e o que podemos designar por estado da informação. O economista enfrenta também o problema da ausência de leis que se submetam com facilidade ao falsificacionismo. As alterações às hipóteses *coeteris paribus* podem levar a defender posições teóricas evitando a sua refutação. Os testes que os economistas conduzem dirigem-se em geral a modelos, e estes não esgotam as teorias, pelo que as teorias são imunizadas aos testes. Mesmo quando a informação empírica disponível existe, a sua relação com as teorias é muitas vezes longínqua, estando bastante afastada dos conceitos de natureza teórica<sup>176</sup>. Quando não são os próprios dados estatísticos que são tomados como não sendo de confiança. Por tudo isto o autor acaba por não acreditar no sucesso do falsificacionismo em economia.

O seu método constitui mais um "programa de investigação metodológica". Os economistas devem preocupar-se com os aspectos descritivos a que são conduzidos pelas reconstrução lógica das explicações e posições dos vários programas de investigação em economia. A avaliação crítica do conteúdo metodológico da reconstrução assim obtida deve ser feita, e devemos esclarecer as limitações e as vantagens de cada projecto. Reconhece, assim, explicitamente, que não existe um único método que deva ser seguido por todos os economistas. A descrição racional, a crítica e o debate são por isso fundamentais aos economistas. Estes deverão ser conduzidos ao reconhecimento que existem programas de investigação que se distinguem do ponto de vista epistemológico e metodológico do programa que em qualquer altura é dominante. Não existindo um método rigoroso de comparação de diferentes projectos de investigação, apenas a avaliação crítica poderá fazer os economistas progredirem do ponto de vista científico. E pensamos que estes princípios são ainda mais importantes depois do abandono da separação entre "emoção" e "razão" que *António Damásio* provou<sup>177</sup>.

<sup>176</sup> Onde não devemos esquecer a problemática da agregação. William Barnett, "A Perspective on the Current State of Macroeconomic Theory", *The International Journal of Systems Science*, 25(5), 1994, pp. 839-48.

<sup>177</sup> *O Erro de Descartes, Emoção, razão e cérebro humano*, Lisboa, Europa América, 1994, pp. 251-7. Veja-se a interessante exposição em Daniel Goleman, *Emotional Intelligence*, New York,

Talvez seja essa a maior prevenção para negar a conclusão de *Paul Feyerabend* que no trabalho científico "O que fica são juízos estéticos, juízos de gosto, preconceitos metafísicos, desejos religiosos, em suma: *o que fica são os nossos desejos subjectivos*"<sup>178</sup>

Serão, em geral, estes princípios defendidos por *Caldwell* que nos guiarão ao longo do nosso curso, sem que no entanto se deixe de prevenir os estudantes para a importância do falsificacionismo como uma metodologia agressiva.

**4.1.9. O Discurso Positivo e o Discurso Normativo: a falsa dicotomia.** A questão da existência de uma componente normativa no discurso dos economistas é aceite como normal, assim como é aceite que os economistas comentam erros de avaliação quanto ao material de que dispõem<sup>179</sup>.

O famoso estudo de *Friedman* "The Methodology of Positive Economics" começa por lembrar a distinção feita em 1891 por *John Neville Keynes*: existe uma ciência positiva, "um corpo de conhecimentos sistematizados que respeitam ao que é", uma ciência normativa, "um corpo de conhecimentos sistematizados discutindo critérios sobre o que deve ser" e uma arte, "um sistema de regras para a obtenção de um dado objectivo"<sup>180</sup>. Escusado se torna dizer que *Friedman* procura respostas para a primeira e acreditava que era possível, embora difícil, a separação entre a componente normativa e positiva em economia.

Deve-se a *Nassau Senior* a distinção entre enunciados positivos e normativos. Este autor chegou mesmo ao ponto de negar que os economistas devessem dar

---

Bantam Books, 1995, pp. 3-212.

<sup>178</sup> *Contra o Método*, ob. cit., p. 285.

<sup>179</sup> "the history of economics reveals that economists are as prone as anyone else to (...) claim possession of the truth when all they possess are intricate series of definitions or value judgments disguised as scientific rules". Mark Blaug, *Economic Theory in Retrospect*, ob. cit., Cap. 16, "A Methodological Postscript", p. 724.

<sup>180</sup> "a body of systematized knowledge concerning what is", "a body of systematized knowledge discussing criteria of what ought to be", "a system of rules for the attainment of a given end". Citado em *Essays in Positive Economics*, ob. cit., p. 3. A designada arte faz hoje parte da política económica.

conselhos<sup>181</sup>. Mas o autor para sempre associado à separação rígida é *David Hume*. Para este autor a separação deveria ser rígida, porque acreditava que não podíamos deduzir o "deve ser" do que "é" ou deduzir o que "é" daquilo que "deve ser" <sup>182</sup>.

Podemos afirmar que desde, *The Principles* de Marshall, em 1890, a maior parte dos livros que expõem princípios de economia procuram fazê-lo de uma forma positiva, mas data apenas de 1904, no mundo anglo-saxónico, a apresentação de observações explícitas a favor da exposição positiva<sup>183</sup>. Depois da segunda metade do anos setenta passou a ser usual fazer a distinção. E é normal associar a economia positiva com o que "é", "foi" ou "será", embora seja frequente associá-la apenas ao que "é". Já a economia normativa é associada ao que "deve ser", sublinhando-se o "deve" <sup>184</sup>. É frequente a distinção entre normativo e positivo não surgir a não ser como acusação a ideias que são apelidadas de normativas e não positivas como o seu autor o pretendia. E uma acusação destas é sempre grave porque significa que o autor se deixou arrastar por princípios ou ideias morais ou políticas, quando deveria estar imune a essa influência "nefasta". Ou pelo menos deveria passar essa preocupação à "ciência irmã" the "Science of Ethics" <sup>185</sup>. Normativo significa algo de menor valor e por isso tem uma conotação negativa.

A acusação de normativo é sempre grave. Veja-se a reacção de *Pieter Henipman* à acusação de *Blaug*, na terceira e quarta edição do *Economic Theory in Retrospect*,

---

<sup>181</sup> Mark Blaug, *A Metodologia ...*, ob. cit., pp. 101, 175-6 e 196.

<sup>182</sup> "we cannot logically deduce ought from is or is from ought". Veja-se Mark Blaug, "Paradigms versus Research Programmes in the History of Economics", em Daniel Hausman (ed.), *The Philosophy of Economics*, ob. cit., pp. 348-75; p. 353.

<sup>183</sup> Trata-se do livro de Frank Fetter, *The Principles of Economics, with Applications to Pratical Problems*, The Century Co., 1904, p. 17. Citado em David Hoaas, "A Historical Narrative of Methodological Change in Principles of Economics Textbooks", ob. cit., p. 219.

<sup>184</sup> Veja-se Subroto Roy, *Philosophy of Economics, on the scope of reason in economic inquiry*, London, Routledge, 1989, p. 18. No seu capítulo 2, "Hume and the Economists", pp. 17-32, passa em revista a forma como dezasseis autores bastante conhecidos propõem a separação entre normativo e positivo.

<sup>185</sup> "direct decisions on questions of moral principle, political economy must leave to her sister, the Science of Ethics", Alfred Marshall, *The Province of Political Economy*, 2 de Maio de 1874, e citado em Peter Groenewegen, *A Soaring Eagle: Alfred Marshall 1842-1924*, Aldershot, Elgar, 1995, p. 575.

que a economia do bem-estar paretiana é normativa.<sup>186</sup> E no entanto, a análise paretiana do bem estar não sofreu a mais pequena beliscadela por esta classificação de *Blaug*.

A distinção clássica contrapõe factos a valores como ajudando a criar um princípio de separação entre o que é objectivo, e por isso científico, e os valores, e por isso subjectivo, ou seja, não científico. É essa a razão porque se chega a desprezar o normativo.

Para responder a esta última questão e implicitamente à separação radical à *Hume*, vamos desenvolver dois tipos de argumentos. Em primeiro lugar, a economia normativa não se deve opor à positiva. Entendemos que logo à partida não existe uma fronteira a ser identificada. A análise normativa caracteriza-se por julgamentos de valor para além dos princípios de análise positiva<sup>187</sup>. Esta ideia tem sido apresentada nalguns manuais de introdução<sup>188</sup>. Pensamos que é de salientar o facto dos economistas serem aliás sensíveis à combinação de convicções científicas e julgamentos de valor que acompanham muitas das políticas de intervenção dos governos.

Em segundo lugar, devemos aceitar a ideia contrária à da completa separação, a da interdependência. Mesmo que aceitemos que a economia positiva possa ser expurgada de julgamentos valorativos, os economistas serão, eles próprios, influenciados pelos seus valores morais e as suas atitudes em face dos valores associados aos indivíduos que estudam<sup>189</sup>. Resulta até da própria natureza da economia que as suas propo-

---

<sup>186</sup> Pieter Hennisman, "The Reasoning of a Great Methodologist: Mark Blaug on the Nature of Paretian Welfare Economics", *De Economist*, 140(4), 1992, pp. 414-45; e Mark Blaug, "Pieter Hennisman on Paretian Welfare Economics: a comment", *De Economist*, 141(1), 1993, pp. 127-9.

<sup>187</sup> É a opinião expressa de Will Carrington Heath, "Value Judgements and the Principles of Economics Textbook", *Southern Economic Journal*, 60(4), April, 1994, pp. 1060-4; p. 1061. É neste contexto que Teixeira Ribeiro nos fala da "política económica", em crítica à posição de Avelãs Nunes que parece recusar a possibilidade de uma economia positiva ou objectiva. Teixeira Ribeiro, "Reflexões Sobre a Objectividade na Economia Política", em Ferreira do Amaral et al. (eds.), *Ensaio de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes*, Lisboa, ISEG-UTL, 1996, pp. 5-9. Avelãs Nunes, "Noção e Objecto da Economia Política", *Boletim de Ciências Económicas*, 37, Separata, 1995.

<sup>188</sup> Ver os casos citados por W. Heath, op. cit..

<sup>189</sup> Daniel Hausman e Michael Mcpherson, "Economics, Rationality, and Ethics", em Daniel



sições servem simultaneamente como explicações de comportamento e como normas estipuladas para o comportamento<sup>190</sup>. Devemos a *Gunnar Myrdal* a insistência na ideia que é impossível distinguir com total rigor a economia positiva da normativa e que pretender fazê-lo apenas conduzirá ao logro<sup>191</sup>. Os factos, por mais elementares que sejam, já resultaram dum primeiro olhar do investigador que não está isento de valores, sejam eles quais forem. E esses mesmos factos não são matéria-prima pura, independente de qualquer teoria. A sua escolha, e nalguns casos, o seu tratamento e recolha, são também o resultado do interesse do investigador que olha para eles imbuído em certos princípios de natureza positiva. "A mútua interdependência de factos e valores é precisamente o combustível que alimenta o trabalho científico, não menos nas ciências sociais do que nas ciências físicas. O progresso científico só chega quando nos esforçamos para maximizar o papel dos factos e por minimizar o papel dos valores"<sup>192</sup>. Como tão bem foi sintetizado por dois economistas que editam a revista *Economics and Philosophy*,

"If economists refuse to engage in ethical matters, they will not know what questions to ask"<sup>193 194</sup>.

Vemos pois como a guilhotina de *Hume* não faz sentido, nem mesmo fazem sentido as tentativas que possam surgir para uma separação radical dos dois campos. Ainda que quiséssemos estabelecer a distinção tomando como critério de separação a presença da racionalidade, tão arreigada no espírito dos economistas, dificilmente ela nos serviria, porque a racionalidade pode coexistir com a análise normativa. A racio-

---

Hausman (ed.), *The Philosophy of Economics*, ob. cit., pp. 252-77; p. 256. É conhecida a famosa frase de *Joseph Schumpeter*, "That prescientific cognitive act which is the source of our ideologies is also the prerequisite of our scientific work. No new departure in any science is possible without it". "Science and Ideology", *The American Economic Review*, 39, 1949, pp. 345-59, reproduzido em Daniel Hausman (ed.), *The Philosophy of Economics*, ob. cit., pp. 224-38, p. 237.

<sup>190</sup> Mark Blaug, *A Metodologia ...*, ob. cit., p. 172.

<sup>191</sup> *Objectivity in Social Research*, London, G. Duckworth, 1970.

<sup>192</sup> Mark Blaug, ob. cit., p. 202.

<sup>193</sup> Daniel Hausman e Michael McPherson, ob. cit., p. 254.

<sup>194</sup> Também Karl Popper esclarece toda a solução de problemas envolve avaliações e, por via disso, valores. *Um Mundo de Propensões*, ob. cit., p. 67.

nalidade passaria apenas a ser identificada com uma função objectivo bem identificada, e o trabalho de análise do economista submeter-se-ia a essa racionalidade<sup>195 196</sup>.

**4.1.10. O Estatuto das Leis em Economia.** Uma das heranças poperianas é que uma lei não pode ser deduzida de uma classe finita de enunciados observacionais. Uma lei não é uma resultante, ou uma abreviação, dos dados, ela é a explicação destes. De certa forma podemos tomar as leis como correspondendo a expressões sintéticas de necessárias regularidades, expressas em termos condicionais. Por vezes é difícil distingui-las de certas generalizações acidentais, embora procuremos, em geral, que sejam diferentes destas. Por outro lado é normal encontrar um relacionamento sistemático entre as leis que não se encontra entre estas últimas generalizações.

Desde 1927, com *Werner Heisenberg*<sup>197</sup>, que não faz sentido pensarmos em leis como determinações objectivas. Por essa razão *Popper* propõe o conceito de propensão<sup>198</sup>, como característica inerente a uma situação. Isto não invalida que não possamos pensar em certos casos em propensão absoluta<sup>199</sup>.

No mundo não laboratorial, como o da economia, as leis afastam-se bastante do determinismo. As propensões interferentes são aqui numerosas<sup>200</sup>. Desta forma, o "facto das condições não se manterem constantes pode, na verdade, explicar porque é que certas propensões muito baixas tendem a nunca se concretizar"<sup>201</sup>. E também por isso não devemos confundir verdade de uma expectativa, ou hipótese, com a sua certeza, devendo esta última ser designada como verdade certa<sup>202</sup>. Mas o facto de estarmos perante contextos de acções que não são imutáveis, não nos deve fazer cair na

<sup>195</sup> John Hey, "Rationality is as Rationality Does", ob. cit., p. 21.

<sup>196</sup> Sobre a simultaneidade do discurso positivo e normativo ver também, Alberto Quadrio-Curzio, "On Economic Science, Its Tools and Economic Reality", em Mauro Baranzini e Geoffrey Harcourt (eds.), *The Dynamics of the Wealth of Nations, Essays in Honour of Luigi Pasinetti*, New York, St. Martins Press, 1993, pp. 246-71.

<sup>197</sup> Karl Popper, *Um Mundo de Propensões*, ob. cit..

<sup>198</sup> Ibid., p. 25.

<sup>199</sup> Ibid., p. 28.

<sup>200</sup> Ibid., pp. 36-7.

<sup>201</sup> Ibid., p. 39.

<sup>202</sup> Ibid., p. 53.

afirmação que as leis são históricas. Em primeiro lugar porque não se trata de supor um qualquer determinismo histórico e depois porque dizer que são históricas é afinal valorizar condições subsidiárias ao enunciado das próprias leis<sup>203</sup>.

As leis económicas em qualquer teoria desempenham um importante papel porque é através da verificação das suas predições que a teoria se torna mais ou menos provável<sup>204</sup>. A este respeito julgamos ser hoje consensual que é possível demonstrar que uma teoria, mesmo bem definida, está errada, mas que nunca podemos provar que esteja certa<sup>205</sup>. Como *Friedman* repetidamente declarou em "The Methodology of Positive Economics", nunca conseguiremos provar uma hipótese, o que podemos fazer é não conseguir provar que está errada. A confirmação de uma hipótese consistirá sempre no repetido falhanço de a contradizer<sup>206</sup>, pelo que não deixa de ser bonita, embora excessiva a frase, já transcrita, de *Feynman*, que na nossa investigação procuramos provar que estamos errados, e que apenas assim podemos avançar<sup>207 208</sup>.

#### **4.2. Conceitos de Metodologia em Livros de "Introdução" e a Racionalização do *Story-Telling***

---

<sup>203</sup> Lionel Robbins, "The Nature and Significance of Economic Science", em Daniel Hausman (ed.), *The Philosophy ...*, pp. 90-1.

<sup>204</sup> Veja-se Pierre Raymond, *De la Combinatoire aux Probabilités*, Paris, Ed. Algorithmes, 1975, p. 20.

<sup>205</sup> Richard Feynman, *O Que é Uma Lei ...*, p. 201.

<sup>206</sup> *Essays in Positive Economics*, ob. cit., p. 23. Thomas Mayer insiste que uma das maiores influências no pensamento metodológico de Milton Friedman foi Karl Popper; "Friedman's Methodology of Positive Economics ...", ob. cit., p. 214. Ver também a esse respeito Mark Blaug que chama àquela metodologia de Friedman, "simply Popper-with-a-twist applied to economics". "Kuhn versus Lakatos or Paradigms versus Research Programmes in the History of Economics", ob. cit., p. 149.

<sup>207</sup> *O que é Uma Lei ...*, p. 202.

<sup>208</sup> Ou como escreveu David Laidler, "We are simply not able to distinguish between ultimate scientific success and a situation in which a set of flawed theories just happen to be helping us to get things right for the time being. That being so, it is appropriate always to allow for the change that the second possibility is the case, to treat our hypotheses with a touch of scepticism, and keep on comparing them to new data as and these are generated". "Why Do Agents Hold Money ...", ob. cit., p. 1.

Existem dois livros, com edições recentes, que se destinam ao meio universitário português. Façamos uma breve revista à apresentação dos princípios metodológicos que neles são sugeridos.

Alfredo de Sousa, *Análise Económica*

Este autor<sup>209</sup> define teoria económica (p. 22) e quando refere a necessidade de abstracção através de modelos aproveita para falar do método (pp. 23 e 24). Segue a divisão clássica em método indutivo e dedutivo defendendo o papel da "intuição", no primeiro, e da "sensibilidade artística" no segundo (p. 23). No seu entender o "material" da economia é frequentemente "espontaneista" (p. 24) o que contrapõe à física. Esta insistência no comportamento espontâneo coexiste com a chamada de atenção para o facto que as "regularidades estatísticas permitem inferir comportamentos representativos" (p. 23). Podemos dizer que o autor, (i) defende a utilização do método indutivo; (ii) parece não defender a unicidade dos princípios do método científico; (iii) adopta uma estratégia assente na diversidade e instabilidade de comportamentos o que reforça (ii). Dos dois primeiros pontos haveremos de falar mais à frente. Sobre o último ponto vejamos o que nos diz *Richard Lipsey*<sup>210</sup>, que é um dos raros autores de livros de "introdução" que ousa explicitar, preto no branco, as suas concepções metodológicas. Este autor opta por uma apresentação do comportamento humano nos aspectos económicos que é radicalmente diferente de *A. Sousa*. Ele parte do agrupamento humano e por isso defende um comportamento de respostas estáveis. Para este autor a nossa existência seria impossível se o comportamento humano fosse imprevisível<sup>211</sup>. Por isso ele parte do princípio que o nosso comportamento revela padrões de respostas estáveis<sup>212</sup>. Esta posição evita que se tomem as "regularidades estatísticas" (A.S., p. 24) como dados primários, para aquém da teoria e da abstracção. Concordamos pois com a afirmação que a nossa maior tarefa não é explicar a razão porque os indi-

---

<sup>209</sup> Primeira edição de 1987 da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa).

<sup>210</sup> *An Introduction to Positive Economics*, Weidenfeld and Nicolson, London. Referir-me-ei à sétima edição que data de 1989. A oitava edição, é feita em co-autoria com Alec Chrystal, London, Oxford University Press, 1995.

<sup>211</sup> "If group human behaviour were in fact random and capricious, existence would be impossible", p. 20.

<sup>212</sup> "human behaviour does show stable response patterns", p. 21.

víduos tomam decisões diferentes dispondo da mesma informação, mas antes explicar porque são tão numerosos os indivíduos que fazem as mesmas escolhas quando existem tantas possibilidades de actuarem de maneira diferente<sup>213</sup>.

### João César das Neves, Introdução à Economia

Este autor<sup>214</sup>, dedica ao método também duas páginas, pp. 35 e 36. Apresenta uma obra onde alia, com sucesso, a seriedade e algum humor. Não devemos deixar passar o seu radicalismo no que se refere ao objecto. Lemos na p. 40, que "a economia dirige-se à compreensão" do comportamento do ser humano. "Trata-se (...) de uma ciência e, por isso mesmo, o seu propósito é o conhecimento e a compreensão da realidade. Se alguém julgava que o propósito da Economia era outro (...) o melhor é desistir já.". A contemplação pode ser importante, mas não se exagere. Que as teorias, sejam elas quais forem, sirvam para explicar os fenómenos, em geral observáveis, não temos dúvidas; mas as teorias também servem para prever fenómenos, para prever comportamentos. De notar que não estamos a defender a tese da simetria, ou seja, que existe uma simetria lógica entre a natureza da explicação e da previsão. Mas para além da contemplação, a economia deve ter capacidade de fazer previsões<sup>215</sup> e deve ser capaz de avançar com conclusões que possam ser falsificáveis. É que eliminar a possibilidade de falsificação de uma teoria é reduzir a ciência a meras crenças. A economia deve ultrapassar o *story-telling*, infelizmente tão usado nalgumas das suas especializações. No que respeita ao método, César das Neves diz o suficiente para que nada tenha sido dito. Os testes aos desenvolvimentos abstractos dos economistas são apresentados como comparação de duas descrições, a da realidade e a da teoria. Como a segunda foi feita tendo como matéria-prima a primeira é natural que através desta

---

<sup>213</sup> "The major theoretical task for neoclassical economics is not to explain why people make different choices when they are given the same information but why so many of them make the same choices when there is so much room to be different". Lawrence Boland, *Methodology for a New Microeconomics, the Critical Foundations*, Boston, Allen & Unwin, 1986, p. 170.

<sup>214</sup> Editorial Verbo, Lisboa, 1992.

<sup>215</sup> Como defendia Carl Hempel, "The Theoreticians Dilemma", em Herbert Feigl; Grover Maxwell e Michael Scriven (eds.), *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, Vol. II, Minneapolis, Univ. of Minnesota Press, 1958, p. 37 e é hoje normalmente defendido.

metodologia ninguém se possa entender: nenhuma teoria será rejeitada. A influência do tipo de apresentação de *Paul Samuelson*<sup>216</sup> é evidente neste livro, ao contrário do que acontece com o de *A. Sousa*.

A racionalização de qualquer acontecimento de natureza económica, motivado nos dias de hoje por uma forte aceitação e desejo de informação de natureza económica, apresenta um forte desafio ao ensino da economia. E isto porque o economista pode não saber explicar, ou ter dificuldades em o fazer, enquanto que o especialista da "racionalização" o pode fazer em qualquer altura ou situação. Pensamos que a valorização das notícias de natureza financeira constitui um forte incentivo ao desenvolvimento e aceitação do *story-telling*.

No *story-telling* a ligação entre factos, teorias e julgamentos de valor, em doses variadas, é feita de forma a apresentar um discurso que é coerente com o que pensamos ser a descrição da realidade. O seu maior problema será mesmo a sua grande vantagem: a facilidade com que é apreendido. Como alerta *Mark Blaug*<sup>217</sup>, o *story-telling* é demasiado fácil de ser verificado e é virtualmente impossível de ser falsificado, nunca correndo o risco de estar errado. A sua proximidade da experiência prática devem fazer-nos lembrar o que *Michael Polanyi* nos lembrou, que quase todos os grandes erros sistemáticos do homem assentavam no que obtinha directamente da sua experiência prática<sup>218</sup>.

De notar que não pretendemos defender a "guilhotina" de *Hume*, a separação perfeita entre valores e ciência<sup>219</sup>, mas apenas que o economista deve procurar fugir à prática tão bem denunciada por *Donald McCloskey* nos seus trabalhos<sup>220</sup>.

<sup>216</sup> Pp. 5, 6 e 7, Paul Samuelson e William Nordhaus, *Economia*, 14ª edição, tradução portuguesa, McGraw-Hill, 1993.

<sup>217</sup> *A Metodologia da Economia*, ob. cit., p. 170-1.

<sup>218</sup> *Personal Knowledge, Towards a Post-Critical Philosophy*, London, Routledge, 1958, p. 183.

<sup>219</sup> Como é explicitamente afirmado por Serge-Christophe Kolm, "Les paradigmes scientifiques de la science économique - par exemple le classicisme, le marxisme, le keynésianisme, le monétarisme, etc. - sont, autant que des hypothèses sur le réel, des positions éthiques sur la société et des engagements idéologiques et même souvent politiques".

<sup>220</sup> Donald McCloskey, "Thick and Thin Methodologies in the History of Economic

Muitas vezes a aceitação da racionalização à posteriori deriva da ideia de inferioridade do método das ciências sociais, e portanto a estas é permitido um olhar sobre acontecimentos passados aos quais podemos aplicar umas quantas regras lógicas que à partida eram difíceis de escolher, ou aceitar, porque o comportamento de cada indivíduo não é previsível.

A ideia da separação da compreensão e da predição navega assim nas águas da não uniformidade de princípios metodológicos das ciências naturais e sociais. Se às primeiras corresponde a compreensão e a predição, às segundas apenas lhes cabe a explicação, ou compreensão. *Daniel Hausman* manifesta a sua discordância através de um raciocínio minimalista para a sua posição, porque "mesmo que não haja leis *determinísticas* para o comportamento humano, existem, de facto, muitas regularidades na acção humana (...). Ainda que a liberdade individual imponha limites a leis psicológicas ou sociais, ainda nos restam padrões uniformes de comportamento humano que os cientistas sociais devem estudar"<sup>221</sup>. E concluiríamos com *Keynes*, que ao caracterizar a tarefa do economista, disse, de forma tão precisa:

"He must study the present in the light of the past for the purposes of the future"<sup>222</sup>.

---

Thought", em Neil de Marchi (ed.), *The Popperian Legacy ...*, pp. 245-57, e a discussão nas pp. 56-8. Do mesmo autor, "The Rhetoric of Economics", *Journal of Economic Literature*, 21(2), June, 1983, pp. 481-517 e "Reply [The Rhetoric of Economics]", *Journal of Economic Literature*, 22(2), June, 1984, pp. 579-80. Pensamos que a sua denúncia se aplica com mais propriedade a autores institucionalistas, como nos lembra Bruce Caldwell ("Clarifying Popper", ob. cit., p. 5) e podemos constatar em William Dugger, "Methodological Differences Between Institutional and Neoclassical Economics", *Journal of Economic Issues*, 13(4), December, 1979, pp. 899-909.

<sup>221</sup> "Even if there are no *deterministic* laws of human behavior, there are, in fact, a great many regularities in human action (..) Even if human freedom sets limits to psychological or social laws, there are still uniformities in human behavior, which social theorists may study" "Introduction", em *The Philosophy of Economics*, ob. cit., p. 26.

<sup>222</sup> *Essays in Biography*, C.W. of John Maynard Keynes, London, Macmillan, Vol. X, 1972, p. 173-4.

## **Bibliografia**

- Abell, Peter (ed.), *Rational Choice Theory*, Aldershot, Elgar, 1991
- Alston, R. et al., "Is There a Consensus Among Economists in the 1990s", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 82(2), May, 1992, pp. 203-9
- Archibald, G., "The State of Economic Science", *British Journal for the Philosophy of Science*, 10, 1959
- Archibald, G., "Refutation or Comparison", *British Journal of the Philosophy of Science*, 17, 1966, pp. 279-96
- Arnaud, Paul, "Developments in Utility Theory as a Paradigm Language Game", em Bill Gerrard (ed.), *The Economics of Rationality*, ob. cit., pp. 22-35
- Arrow, Kenneth, "Methodological Individualism and Social Knowledge", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 84(2), May, 1994, pp. 1-9
- Baranzini, Mauro e Roberto Scazzieri, *Foundations of Economics*, Oxford, Basil Blackwell, 1986
- Baranzini, Mauro e Roberto Scazzieri, "Knowledge in Economics: A Framework", em Mauro Baranzini e Roberto Scazzieri, *Foundations of Economics*, ob. cit., pp. 1-87
- Baranzini, Mauro e Geoffrey Harcourt (eds.), *The Dynamics of the Wealth of Nations, Essays in Honour of Luigi Pasinetti*, New York, St. Martins Press, 1993
- Barnett, William, "A Perspective on the Current State of Macroeconomic Theory", *The International Journal of Systems Science*, 25(5), 1994, pp. 839-48
- Baron, James e Michael Hannan, "The Impact of Economics on Contemporary Sociology", *Journal of Economic Literature*, 32(3), September, 1994, pp. 1111-46
- Bartlett, Robin e Susan Feiner, "Balancing the Economics Curriculum: Content, Method and Pedagogy", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 82(2), May, 1992, pp. 559-64
- Birner, Jack, "Is the Past Really Not What it Used to Be ?", *Working Paper*, University of Maastricht e University of Trento, 1995
- Blaug, Mark, "Kuhn versus Lakatos or Paradigms versus Research Programmes in the History of Economics", em Spiro Latsis (ed.), *Methods and Appraisal in Economics*, ob. cit., pp. 149-80
- Blaug, Mark, *Economic Theory in Retrospect*, 3<sup>rd</sup> ed., Cambridge, 1978, C.U.P.
- Blaug, Mark, *A Metodologia da Economia, ou como os economistas explicam*, tradução de *The Methodology of Economics*, 2<sup>nd</sup> ed., 1992, Lisboa, Gradiva, 1994
- Blaug, Mark, "Pieter Hennisman on Paretian Welfare Economics: a comment", *The Economist*, 141(1), 1993, pp. 127-9
- Blaug, Mark, "Paradigms versus Research Programmes in the History of Economics", em Daniel Hausman (ed.), *The Philosophy of Economics*, ob. cit., pp. 348-75



- Boland, Lawrence, *Methodology for a New Microeconomics, the Critical Foundations*, Boston, Allen & Unwin, 1986
- Boulding, Kenneth, "What is Evolutionary Economics ?", *Journal of Evolutionary Economics*, 1(1), 1991, pp. 9-17
- Buchanan, James e Viktor Vanberg, "The Market as a Creative Process", *Economics and Philosophy*, 7(2), October, 1991, pp. 167-86
- Caldwell, Bruce, "The Case for Pluralism", em Neil de Marchi (ed.), *The Popperian Legacy ...*, ob. cit., pp. 231-44
- Caldwell, Bruce, "Clarifyng Popper", *Journal of Economic Literature*, 29(1), March, 1991, pp. 1-33
- Caldwell, Bruce, *Beyond Positivism, Economic Methodology in the Twentieth Century*, rev. ed., London, Routledge, 1994
- Carnap, Rudolf, "Testability and Meaning", *Philosophy of Science*, 3, 1937
- Clower, Robert, "The Ideas of Economists", em Arjo Klamer, Donald McCloskey and Robert Solow, *The Consequences of Economic Rhetoric*, ob. cit., pp. 85-99
- Cohn, Elchanan e Sharon Cohn, "Graphs and Learning in Principles of Economics", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 84(2), May, 1994, pp. 197-200
- Colan, Edwin (ed.), *The Foundations of Modern Austrian Economics*, Kansas City, Sheed & Ward, Inc., 1976
- Colander, David e Anjo Klamer, "The Making of an Economist", *Journal of Economic Perspectives*, 1(2), Fall, 1987, pp. 95-111
- Coleman, James, *Foundations of Social Theory*, Cambridge Ma., Harvard University Press, 1990
- Damásio, António, *O Erro de Descartes, Emoção, razão e cérebro humano*, Lisboa, Europa América, 1994
- Deane, Phyllis, *The State and the Economic System, an introduction to the history of political economy*, Oxford, Oxford Univ. Press, 1989
- Dosi, Giovanni, "Some Thoughts on the Promises, Challenges and Dangers of an «Evolutionary Perspective» in Economics", *Journal of Evolutionary Economics*, 1(1), 1991
- Dugger, William, "Methodological Differences Between Institutional and Neoclassical Economics", *Journal of Economic Issues*, 13(4), December, 1979, pp. 899-909
- Elster, Jon, "Marxism, Functionalism, and Game Theory", *Theory and Society*, 11, 1982, pp. 453-82, reproduzido em Peter Abell (ed.), *Rational Choice Theory*, ob. cit. pp. 155-84
- Feigl, Herbert, Grover Maxwell e Michael Scriven (eds.), *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, Vol. II, Minneapolis, Univ. of Minnesota Press, 1958
- Paul Feyerabend, "Problems of Empiricism", em R. Colodny (ed.), *Beyond the Edge of Objectivity*, Englewood Cliffs, 1965
- Feyerabend, Paul, *Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge*, London, New Left Books, 1975 (tradução em português: *Contra o Método*, Lisboa, Relógio D'Água, 1993)

- Feyerabend, Paul, *Problems of Empiricism*, Philosophical Papers, Vol. II, Cambridge, C.U.P., 1981
- Feyerabend, Paul, *Science in a Free Society* (1978), London, Verso, 1982
- Feynman, Richard, *O que é Uma Lei Física*, tradução de *The Character of a Physical Law*, 1965, Lisboa, Gradiva, 1989
- Frank, Robert, "Melding Sociology and Economics: James Colemans Foundations of Social Theory", *Journal of Economic Literature*, 30(1), March, 1992, pp. 147-70
- Frey, Bruno e Reiner Eichenberger, "Economics and Economists: A European Perspective", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 82(2), May, 1992, pp. 216-20
- Friedman, Milton, *Essays in Positive Economics*, Chicago, The Univ. of Chicago Press, 1953
- Friedman, Milton, "The Methodology of Positive Economics", em *Essays in Positive Economics*, Chicago, The Univ. of Chicago Press, 1953, pp. 3-43
- Gadoureke, Ivan, "Convergence and Diversification in the Methodologies of Economics and Sociology", em Tjerk Huppel, *Economics and Sociology: towards an integration*, Dordrecht, Kluwer Academic Press, 1982
- Gerrard, Bill (ed.), *The Economics of Rationality*, London, Routledge, 1993
- Goleman, Daniel, *Emotional Intelligence*, New York, Bantam Books, 1995
- Groenewegen, Peter, *A Soaring Eagle: Alfred Marshall 1842-1924*, Aldershot, Elgar, 1995
- Grossman, Herschel, "Monetary Economics, A review essay", *Working Paper 91-14*, Department of Economics, Brown University, April, 1991
- Hanson, Norwood, "Is there a Logic of Discovery ?", em H. Feigl e G. Maxwell (eds.), *Current Issues in the Philosophy of Science*, New York, Reinehart and Winston, 1961, pp. 20-35.
- Harberger, Arnold, "The Search for Relevance in Economics", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 83(2), May, 1993, pp. 1-16
- Hausman, Daniel (ed.), *The Philosophy of Economics, an anthology*, 1994, 2<sup>nd</sup> ed., Cambridge, C.U.P.
- Hausman, Daniel e Michael Mcpherson, "Economics, Rationality, and Ethics", em Daniel Hausman (ed.), *The Philosophy of Economics*, ob. cit., pp. 252-77
- Hawking, Stephen, *Une Brève Histoire du Temps, du Big Bang aux Trous Noirs*, tradução de *A Brief History of Time From Big Bang to Black Poles*, 1988, Paris, Flammarion, 1989
- Heath, Will Carrington, "Value Judgements and the Principles of Economics Textbook", *Southern Economic Journal*, 60(4), April, 1994, pp. 1060-4
- Hempel, Carl, "On the Nature of Mathematical Truth", *American Mathematical Monthly*, 52, 1945
- Hempel, Carl, "The Theoreticians Dilemma", em Herbert Feigl, Grover Maxwell e Michael Scriven (eds.), *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, ob. cit.
- Hennisman, Pieter, "The Reasoning of a Great Methodologist: Mark Blaug on the Nature of Paretian Welfare Economics", *De Economist*, 140(4), 1992, pp. 414-45

- Hey, John, "Rationality is as Rationality Does", em Bill Gerrard (ed.), *The Economics of Rationality*, ob. cit., pp. 6-21
- Hirsch, Abraham, "John Stuart Mill and the Problem of Induction", Kevin Hoover e Steven Sheffrin (eds.), *Monetarism and the Methodology of Economics...*, ob. cit., pp. 217-24
- Hoas, David, "A Historical Narrative of Methodological Change in Principles of Economics Textbooks", *Journal of Economic Issues*, 27(1), March, 1993, pp. 217-30
- Hodgson, Geoffrey, "Calculations, Habits and Action", em Bill Gerrard (ed.), *The Economics of Rationality*, ob. cit., pp. 36-51
- Hoover, Kevin e Steven Sheffrin (eds.), *Monetarism and the Methodology of Economics, Essays in Honour of Thomas Mayer*, Aldershot, Elgar, 1995
- Huppés, Tjerk, *Economics and Sociology: Towards an Integration*, Dordrecht, Kluwer Academic Press, 1982
- Hutchison, Terence, "Discussion", em Neil de Marchi (ed.), *The Popperian Legacy ...*, ob. cit., pp. 33-4
- Pierre Jacob, "Comment peut-on ne pas être Empiriste ?", em P. Jacob (ed.), *De Vienne à Cambridge, l'héritage du positivisme logique*, Paris, Gallimard, 1980, pp. 7-52
- Kasper, Hirschel et al., "The Education of Economists: From Undergraduate to Graduate Study", *Journal of Economic Literature*, 29(3), September, 1991, pp. 1088-109
- Kearl, J. R. et al., "A Confusion of Economists ?", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 69(2), May, 1979, pp. 28-37
- Keynes, John Maynard, *Essays in Biography*, C.W. of John Maynard Keynes, London, Macmillan, Vol. X, 1972
- Kirzner, Israel, "On the Method of Austrian Economics", em Edwin Colan (ed.), *The Foundations of Modern Austrian Economics*, ob. cit., pp. 40-51
- Klamer, Arjo, "Economics as a Discourse", em Neil de Marchi (ed.), *The Popperian Legacy ...*, ob. cit., pp. 259-78
- Klamer, Arjo, *Conversations with Economists*, Totowa, Rowman and Allanheld, 1994
- Klamer, Arjo, Donald McCloskey e Robert Solow (eds.), *The Consequences of Economic Rhetoric*, Cambridge, C.U.P., 1988
- Klamer, Arjo e Donald McCloskey, "Economics in the Human Conversation", em Arjo Klamer, Donald McCloskey e Robert Solow (eds.), *The Consequences of Economic Rhetoric*, 1988, Cambridge, C.U.P., pp. 3-20
- Klant, Johannes, *The Rules of the Game: the Logical Structure of Economic Theories* (1979), Cambridge, C.U.P., 1984
- Kolm, Serge-Christophe, *Philosophie de l'Économie*, Paris, Éd. du Seuil, 1986
- Krugman, Paul, "What Do Undergraduates Need to Know About Trade ?", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 83(2), May, 1993, pp. 23-26
- Krueger, Anne et al., "Report of the Commission on Graduate Education in Economics", *Journal of Economic Literature*, 29(3), September, 1991, pp. 1035-53

- Kuhn, Thomas, *The Structure of Scientific Revolutions*, 1<sup>st</sup> ed., 1962, 2<sup>nd</sup> ed., 1970, Chicago, Chicago Univ. Press
- Laidler, David, "Why Do Agents Hold Money, and Why Does it Matter ?", *Research Report 9401*, Department of Economics, The University of Western Ontario, October, 1993
- Lakatos, Imre e Alan Musgrave (eds.), *Criticism and the Growth of Knowledge*, Cambridge, C.U.P., 1970
- Latsis, Spiro (ed.), *Methods and Appraisal in Economics*, Cambridge, C.U.P., 1976
- Latsis, Spiro, "A Research Programme in Economics", em Spiro Latsis (ed.), *Method and Appraisal in Economics*, ob. cit., pp. 1-41
- Lawson, Colin, "The Current State of Undergraduate Economics in the United Kingdom", *The Economic Journal*, 100, December, 1990, pp. 1280-5
- Leibenstein, Harvey, *Beyond Economic Man, a New Foundations for Microeconomics*, Cambridge Ma., Harvard University Press, 1980
- Lerner, D. (ed.), *The Human Meaning of Social Sciences*, New York, Meridian, 1959
- Lipsey, Richard, *An Introduction to Positive Economics*, 7<sup>th</sup> ed., Weidenfeld and Nicolson, London, 1989.
- Lipsey, Richard e Alec Chrystal , *An Introduction to Positive Economics*, 8<sup>th</sup> ed., London, Oxford University Press, 1995
- Machlup, Fritz, "The Problem of Verification in Economics", *Southern Economic Journal*, 22, 1955, pp. 271-84
- Machlup, Fritz, "Rejoinder to a Reluctant Ultra-Empiricist", *Southern Economic Journal*, 22, 1956, pp. 483-93, reproduzido com o título "On Indirect Verification" em Daniel Hausman (ed.), *The Philosophy of Economics*, ob. cit., pp. 168-79
- Machlup, Fritz, *Methodology of Economics and Other Social Sciences*, New York, Academic Press, 1978
- Marchi, Neil de (ed.), *The Popperian Legacy in Economics, papers presented at a symposium in Amsterdam, December 1985*, 1988, Cambridge, C.U.P.
- Marshak, Jacob "On Econometric Tools", *Synthese*, 20 1969, pp. 483-88
- Marshall, Alfred, *Principles of Economics, An Introductory Volume*, (1890), 8<sup>th</sup> ed., London, Macmillan, 1920
- Masterman, Margaret, "The Nature of a Paradigm", em Imre Lakatos e Alan Musgrave (eds.), *Criticism and the Growth of Knowledge*, Cambridge, C.U.P., 1970, pp. 59-89
- Mayer, Thomas, "Friedman's Methodology of Positive Economics: a soft reading", *Economic Inquiry*, 31(2), April 1993, pp. 213-23
- McCloskey, Donald, "The Rhetoric of Economics", *Journal of Economic Literature*, 21(2), June, 1983, pp. 481-517
- McCloskey, Donald, "Reply [The Rhetoric of Economics]", *Journal of Economic Literature*, 22(2), June, 1984, pp. 579-80

- McCloskey, Donald, "Thick and Thin Methodologies in the History of Economic Thought", em Neil de Marchi (ed.), *The Popperian Legacy ...*, ob. cit., pp. 245-57
- Mill, John Stuart, "On the Definition of Political Economy and the Method of Investigation Proper to It", (1836), em Daniel Hausman (ed.), *The Philosophy of Economics*, ob. cit., pp. 52-68
- Miller, David (ed.), *Popper Selections*, New York, Princeton Univ. Press, 1985
- Mingat, Alain, Pierre Salmon e Alain Wolfelsperger, *Méthodologie Économique*, Paris, P.U.F., 1985
- Mueller, Dennis, "The Corporation and the Economist", *International Journal of Industrial Organization*, 10, 1992, pp. 147-70
- Mussa, Michael, "Making the Practical Case for Freer Trade", *The American Economic Review, Papers and Proceedings*, 83(2), May, 1993, pp. 372-6
- Myers, Milton, *The Soul of Modern Economic Man, Ideas of Self-Interest, Thomas Hobbes to Adam Smith*, University of Chicago Press, Chicago, 1983
- Myrdal, Gunnar, *Objectivity in Social Research*, London, G. Duckworth, 1970
- Nagel, Ernest, *The Structure of Science, problems in the logic of scientific explanation*, New York, Brace & World Inc., 1961
- Neves, João, *Introdução à Economia*, Editorial Verbo, Lisboa, 1992
- Nunes, Avelãs, "Noção e Objecto da Economia Política", *Boletim de Ciências Económicas*, 37, Separata, 1995
- Nunes, Jacinto, *Introdução à Epistemologia e Metodologia Económicas Contemporâneas: O Post-Positivismo*, Lisboa, ISEG-UTL, 1996 (também publicado no *Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra*, 1996)
- Olson, Mancur, "Economics, Sociology, and the Best of all Possible Worlds", *Public Interest*, Summer 1968, pp. 96-118, reproduzido em Peter Abell (ed.), *Rational Choice Theory*, Aldershot, Elgar, 1991, pp. 51-73
- Pantaleoni, Maffeo, "Del Carattere delle Divergenze d'Opinione Esistenti tra Economisti", *Giornale degli Economisti*, 15, 1897, pp. 501-30
- Pimenta, Carlos "Ciência e Pedagogia. Racionalidade e Imaginação Hoje", *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, ISEG-UTL, 1995, pp. 91-114
- Polany, Michael, *Personal Knowledge, Towards a Post-Critical Philosophy*, London, Routledge, 1958
- Popper, Karl, "The Rationality Principle" em David Miller (ed.), *Popper Selections*, ob. cit., pp. 357-365
- Popper, Karl *Um Mundo de Propensões*, Lisboa, Fragmentos, s/data, (tradução de duas conferências de 1989)
- Portes, Richard, "Economics in Europe", *European Economic Review*, 31, August, 1987, pp. 1329-40

- Quadrio-Curzio, Alberto, "On Economic Science, Its Tools and Economic Reality", em Mauro Baranzini e Geoffrey Harcourt (eds.), *The Dynamics of the Wealth of Nations ...*, ob. cit., pp. 246-71
- Raymond, Pierre, *De la Combinatoire aux Probabilités*, Paris, Ed. Algorithmes, 1975
- Ribeiro, Teixeira, "Objecto da Economia Política", *Boletim de Ciências Económicas*, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, 23, Separata, 1980
- Ribeiro, Teixeira, "Reflexões Sobre a Objectividade na Economia Política", em Ferreira do Amaral et al. (eds.), *Ensaio de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes*, Lisboa, ISEG-UTL, 1996, pp. 5-9
- Ricketts, Martin e Edward Shoenfeld, "British Economic Opinion: Positive Science or Normative Judgment?", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 82(2), May, 1992, pp. 210-15
- Robbins, Lionel, *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, (1932), 3<sup>rd</sup> ed., London, Macmillan, 1984
- Roemer, John, "Methodological Individualism and Deductive Marxism", *Theory and Society*, 11, 1982, pp. 513-20, reproduzido em Peter Abell (ed.), *Rational Choice Theory*, ob. cit., pp. 199-200
- Rosenberg, Alexander, "If Economics isn't Science, What is It?", *The Philosophical Forum*, 14(3-4), 1983, pp. 296-314
- Rothbard, Murray, "Praxeology: The Methodology of Austrian Economics", em Edwin Colan (ed.), *The Foundations of Modern Austrian Economics*, ob. cit., pp. 19-39
- Roy, Subroto, *Philosophy of Economics, on the Scope of Reason in Economic Inquiry*, London, Routledge, 1989
- Rowers, Charles, *Vilfredo Pareto*, Newbury Park, Sage Pub., 1987
- Samuelson, Paul, "What Economists Know", em D. Lerner (ed.), *The Human Meaning of Social Sciences*, ob. cit., 1959
- Samuelson, Paul e William Nordhaus, *Economia*, 14<sup>a</sup> edição, tradução portuguesa, McGraw-Hill, 1993
- Thomas Sargent, *Bounded Rationality in Macroeconomics*, (1993), Oxford, Clarendon Press, 1995
- Schumpeter, Joseph, "Science and Ideology", *The American Economic Review*, 39, 1949, pp. 345-59 e reproduzido em Daniel Hausman (ed.), *The Philosophy of Economics*, ob. cit., pp. 224-38
- Sen, Martiya, "Maximization and the Act of Choice", *Temi di Discussione*, Banca de Italia, N.270, May, 1996.
- Shackle, George, *The Years of High Theory, Invention & Tradition in Economic Thought 1926-1939*, Cambridge, C.U.P., 1967
- Simon, Herbert, "Problems of Methodology - Discussion", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, May, 1963, pp. 229-31

- Simon, Herbert, "Altruism and Economics", *The American Economic Review*, Papers and Proceedings, 83(2), May, 1993, pp. 156-61
- Smelser, Neil, "Toward a Disciplinary Matrix in Sociology", em Neil Smelser (ed.), *Handbook of Sociology*, Newbury Park, Sage Pub., 1988, pp. 23-76
- Smith, Adam, *The Wealth of Nations*, (1776) Andrew Skinner (ed.), Harmondsworth, Penguin, 1974
- Smith, Adam, *The Theory of Moral Sentiments*, 6<sup>th</sup> ed. 1790, citado em Adam Smith, *The Wealth of Nations*, (1776) Andrew Skinner (ed.), Harmondsworth, Penguin, 1974
- Snowdon, Brian, Howard Vane e Peter Wynarczyk, *A Modern Guide to Macroeconomics, an introduction to competing schools of thought*, Aldershot, Elgar, 1994
- Solow, Robert, "Comments from Inside Economics", em Arjo Klamer, Donald McCloskey e Robert Solow (eds.), *The Consequences of Economic Rhetoric*, ob. cit.
- Sousa, Alfredo, *Análise Económica*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1987
- Stewart, Ian, *Concepts of Modern Mathematics*, Harmondsworth, Penguin Books, 1975
- Swedberg, Richard, "The New Battle of Methods", *Challenge*, Jan-Feb., 33, pp. 33-8
- Swedberg, Richard, *Economics and Sociology, Redefining their boundaries: conversations with economists and sociologists*, New York, Princeton Univ. Press, 1990
- Vaté, Michel, *Leçons d'Économie Politique*, 6<sup>ème</sup> ed., Paris, Economica, 1991
- Veblen, Thorstein, "The Limitations of Marginal Utility", em Daniels Hausman (ed.), *The Philosophy of Economics*, ob. cit., pp. 143-56
- Weintraub, Roy, *Microfoundations, the compatibility of microeconomics and macroeconomics*, Cambridge, C.U.P., 1979
- Weintraub, Roy, "The Neo-Walrasian Program is Empirically Progressive", em Neil de Marchi (ed.), *The Popperian Legacy ...*, ob. cit., pp. 213-17
- Weintraub, Roy, *General Equilibrium; studies in appraisal*, Cambridge, C.U.P., 1985
- Whitehead, Alfred and Bertrand Rusell, *Principia Mathematica*, 2<sup>nd</sup> ed., 1927, London, Paperback Edition to \*56, C.U.P., 1962
- Wittgenstein, Ludwig, *De la Certitude*, (1969), Paris, Éd. Gallimard, 1976
- Worrall, John, e Gregory Currie (eds.), *Imre Lakatos, The Methodology of Scientific Research Programmes*, Philosophical Papers, Vol. I, Cambridge, C.U.P., 1978